



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, novembro/2007

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra (substituto)

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Sérgio Jurandyr Machado

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 10, outubro 2007. 40 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em outubro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 10,0 bilhões. Trata-se de valor significativamente superior ao obtido em setembro (R\$ 38,7 milhões) e se justifica, basicamente, pela maior arrecadação no mês de outubro e pelo pagamento da antecipação do 13º salário a aposentados e pensionistas ocorrida em setembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 12,8 bilhões (R\$ 3,5 bilhões superior ao mês de setembro), a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 65,6 milhões, respectivamente. A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 13,2% (R\$ 5,2 bilhões), passando de R\$ 39,4 bilhões em setembro para R\$ 44,6 bilhões em outubro, refletindo o incremento na arrecadação de: impostos (R\$ 3,1 bilhões), contribuições (R\$ 1,0 bilhão) e demais receitas (R\$ 1,1 bilhão). Tais elevações são reflexo principalmente do: i) pagamento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSSL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro; ii) recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, que elevou a arrecadação da cota-parte de compensações financeiras. As despesas do Tesouro também apresentaram aumento (R\$ 1,3 bilhão), evoluindo de R\$ 20,7 bilhões em setembro para R\$ 22,0 bilhões em outubro. A elevação está associada especialmente aos gastos de custeio e capital, os quais apresentaram elevação de 10,8% (R\$ 12,9 bilhões em outubro ante a R\$ 11,7 bilhões em setembro).

O resultado primário do Governo Central no acumulado de 2007 atingiu R\$ 61,7 bilhões (2,96% do PIB), R\$ 6,6 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>12,66%</b>
Tesouro	12,49%
Previdência	13,69%
<b>Transferências</b>	<b>14,10%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>12,37%</b>
<b>Despesas</b>	<b>12,43%</b>
Benefícios	10,85%
Pessoal	11,90%
Custeio e Capital	15,28%
<b>PIB estimado</b>	<b>9,33%</b>

TABELA 1 RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*) BRASIL, 2006-2007				
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	SET 2007	OUT 2007	JAN-OUT 2006 2007	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>49.294,9</b>	<b>54.692,0</b>	<b>443.101,4</b>	<b>499.199,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>37.834,8</b>	<b>42.886,6</b>	<b>346.197,1</b>	<b>389.433,2</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	39.374,0	44.584,6	354.177,0	399.398,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.529,2	-1.698,0	-7.979,9	-9.956,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-10,1	0,0	0,0	-10,1
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>11.392,6</b>	<b>11.711,9</b>	<b>95.714,6</b>	<b>108.820,0</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>67,5</b>	<b>93,5</b>	<b>1.189,7</b>	<b>946,0</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>7.896,9</b>	<b>8.123,3</b>	<b>74.137,0</b>	<b>84.587,6</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>41.398,0</b>	<b>46.568,7</b>	<b>368.964,5</b>	<b>414.611,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>41.359,3</b>	<b>36.557,0</b>	<b>313.945,6</b>	<b>352.953,8</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>20.651,5</b>	<b>21.991,7</b>	<b>179.753,7</b>	<b>204.145,7</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.962,2	9.015,0	83.207,9	93.106,8
IV.1.2. Custeio e Capital	11.678,2	12.938,1	96.035,1	110.712,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.626,2	1.957,1	12.465,8	15.083,5
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	522,5	1.066,9	5.274,9	5.814,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.169,7	1.182,2	9.566,5	11.183,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.359,8	8.732,0	68.727,8	78.631,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	11,1	38,6	510,8	326,0
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>20.550,4</b>	<b>14.406,3</b>	<b>132.838,1</b>	<b>147.255,2</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>157,4</b>	<b>159,1</b>	<b>1.353,8</b>	<b>1.552,9</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>38,7</b>	<b>10.011,7</b>	<b>55.018,8</b>	<b>61.657,9</b>
V.1. Tesouro Nacional	9.286,4	12.771,6	92.306,4	100.699,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-9.157,7	-2.694,4	-37.123,5	-38.435,1
V.3. Banco Central (4)	-89,9	-65,6	-164,1	-606,8
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,89%</b>	<b>2,96%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

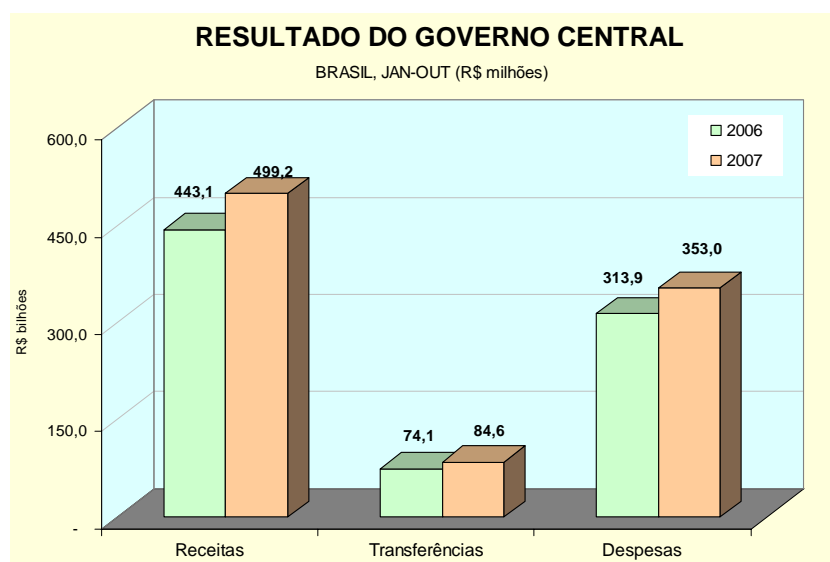
(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	4,85%	4,83%
Previdência Social	-1,95%	-1,85%
Banco Central	-0,01%	-0,03%
<b>Governo Central</b>	<b>2,89%</b>	<b>2,96%</b>

*A arrecadação do Governo Central cresceu 12,7% em 2007, associada preponderantemente ao desempenho econômico e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do IR e da CSLL.*

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,26%	23,97%
Transferências	3,89%	4,06%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,37%</b>	<b>19,91%</b>
Despesa Total	16,48%	16,95%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,89%</b>	<b>2,96%</b>

No ano, o resultado do Governo Central é 12,1% maior que o obtido em igual período de 2006 (R\$ 61,7 bilhões contra R\$ 55,0 bilhões), superior ao crescimento nominal de 9,3% estimado para o PIB do período de janeiro a outubro. Dessa forma, o superavit primário acumulado em relação ao PIB apresenta elevação de 0,07 ponto percentual. As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, da evolução do nível de preços e da massa salarial e por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à RFB, à PGFN e ao INSS. A receita total do Governo Central este ano cresceu 12,7%, alcançando 24,0% do PIB (crescimento de 0,71 ponto percentual em relação a 2006), com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (22,0%), devido ao crescimento, em dólar, do valor das importações tributadas; ii) IPI (19,0%), refletindo o bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007; iii) IRPF (46,4%), devido, principalmente, à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens; e iv) IRPJ (18,2%) e CSLL (18,0%), devido ao incremento da lucratividade em vários setores empresariais. O menor crescimento foi verificado nas “demais receitas”, que apresentou elevação de apenas 2,9% no ano. A explicação para esse percentual menos expressivo está associada à menor arrecadação de dividendos (redução de R\$ 3,0 bilhões) e da cota-parte de compensações (queda de R\$ 1,9 bilhão), que contrabalançaram, parcialmente, o efeito da elevação no recolhimento do conjunto das demais receitas, em especial das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 15,7 bilhões em 2007, contra R\$ 12,4 bilhões no ano anterior).



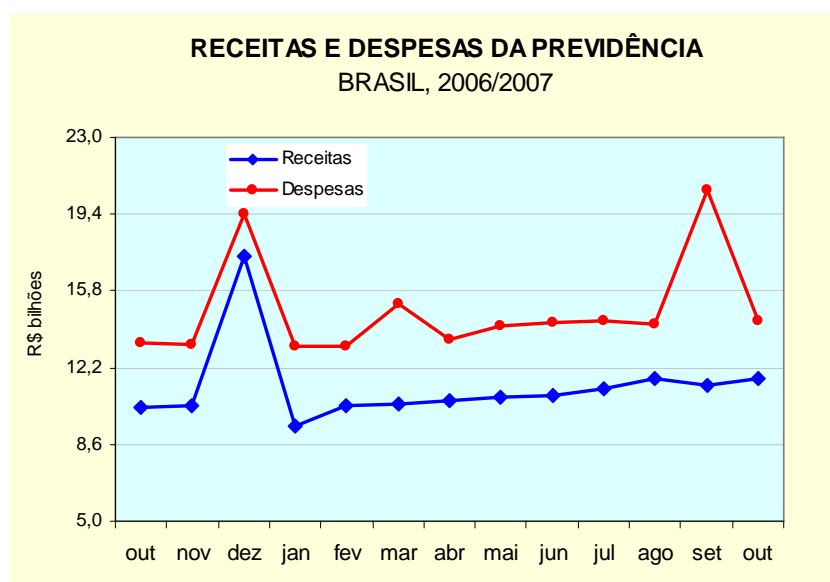
As transferências a estados e municípios cresceram 14,1% (R\$ 10,5 bilhões) em termos nominais. Destaque para o repasse de R\$ 3,4 bilhões no âmbito

da Lei Complementar nº 115/2002, contra R\$ 2,1 bilhões no mesmo período do ano passado. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 13,7% (R\$ 7,9 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (9,3%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 13,6% (R\$ 24,4 bilhões) em comparação com o mesmo período de 2006. Destaque para as despesas com pessoal (11,9%), operações oficiais de crédito (15,0%) e para os gastos vinculados ao salário mínimo, tais como LOAS/RMV (16,9%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (21,5%).

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receitas do Tesouro*	18,17%	18,70%
Transferências	3,89%	4,06%
Despesas do Tesouro	9,44%	9,80%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,85%</b>	<b>4,83%</b>

*As despesas do Tesouro (pessoal e custeio) cresceram 13,6% e os benefícios previdenciários, 10,9%.*



*O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 38,4 bilhões até outubro de 2007, R\$ 1,3 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior.*

O crescimento nominal do déficit da previdência social foi da ordem de R\$ 1,3 bilhão e deveu-se ao aumento do número médio de benefícios pagos (22,0 milhões até outubro de 2007 contra 21,2 milhões no mesmo período de 2006), à elevação do salário mínimo e às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, que foram R\$ 872,3 milhões (22,9%) superiores às desembolsadas em igual período de 2006. O expressivo aumento de 13,7% na arrecadação, como decorrência sobretudo do crescimento da massa salarial e do nível de emprego formal, foi insuficiente para reduzir o déficit do Regime Geral de Previdência Social em termos nominais. Como proporção do PIB, o déficit apresenta redução de 0,1 ponto percentual.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,02%	5,22%
Benefícios	6,97%	7,07%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,95%</b>	<b>-1,85%</b>

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	SET/07	OUT/07
<b>Impostos</b>	<b>16.364,9</b>	<b>19.436,0</b>
Imposto de Renda	11.338,4	14.174,4
IPI	3.100,5	3.307,7
Outros	1.926,0	1.953,9
<b>Contribuições</b>	<b>18.512,3</b>	<b>19.522,3</b>
Cofins	9.193,9	8.957,5
CPMF	3.129,8	2.995,7
CSLL	2.332,3	3.757,6
Cide - Combustíveis	695,2	636,9
Outras	3.161,1	3.174,6
<b>Demais</b>	<b>4.496,7</b>	<b>5.626,4</b>
Cota parte	856,3	2.850,2
Diretamente Arrecadada	1.361,7	1.458,1
Dividendos da União	733,2	31,6
Outras	1.545,6	1.286,5
<b>Total Bruto</b>	<b>39.374,0</b>	<b>44.584,6</b>

\* Os valores referentes a retenção na fonte e retas foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 44,6 bilhões em outubro, contra R\$ 39,4 bilhões no mês anterior (acréscimo de 13,2%). Tal crescimento deveu-se à elevação de R\$ 3,1 bilhões nas receitas de impostos federais, de R\$ 1,0 bilhão nas receitas de contribuições sociais e de R\$ 1,1 bilhão nas demais receitas.

O volume total da arrecadação de impostos e contribuições alcançou R\$ 39,0 bilhões contra R\$ 34,9 bilhões no mês anterior (elevação de 11,7%). Tal evolução é explicada, em grande medida, pelo recolhimento no mês da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro. As demais receitas totalizaram R\$ 5,6 bilhões ante R\$ 4,5 bilhões em setembro, apresentando um aumento de 25,1% relativamente ao mês anterior. Tal comportamento é explicado pela elevação de R\$ 2,0 bilhões na receita de cota-parte de compensações financeiras, devido ao recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, e pela redução de R\$ 701,6 milhões na receita de dividendos.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Impostos</b>	<b>7,72%</b>	<b>8,23%</b>
Imposto de Renda	5,78%	6,13%
IPI	1,20%	1,30%
Outros	0,74%	0,80%
<b>Contribuições</b>	<b>8,33%</b>	<b>8,55%</b>
Cofins	3,92%	4,00%
CPMF	1,37%	1,42%
CSLL	1,27%	1,37%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,31%
Outras	1,44%	1,44%
<b>Demais</b>	<b>2,54%</b>	<b>2,39%</b>
Cota parte	0,90%	0,73%
Diretamente Arrecadada	0,65%	0,76%
Dividendos da União	0,51%	0,32%
Outras	0,49%	0,59%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,59%</b>	<b>19,18%</b>

No acumulado de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 45,2 bilhões (12,8%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 354,2 bilhões para R\$ 399,4 bilhões. Esse montante equivale a 19,18% do PIB, dos quais 8,23% correspondem à arrecadação de impostos, 8,55% de contribuições e 2,39% relativos às demais receitas.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 8,9 bilhões (18,2%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 4,4 bilhões (18,0%) na arrecadação de CSLL, em função do bom desempenho da economia brasileira ao longo de 2007 e do aumento no volume de ofertas secundárias de ações, acompanhando o incremento no número de processos de abertura de capital em bolsa de valores;
- incremento de R\$ 8,6 bilhões (11,4%) na Cofins e de R\$ 2,0 bilhões (9,9%) no PIS/Pasep, explicado principalmente pelo crescimento da arrecadação dos setores de metalurgia (22,81%), construção de edifícios (21,55%), fabricação de veículos (19,38%), comércio por atacado (15,50%), fabricação de máquinas e equipamentos (14,76%), telecomunicações (9,29%) e comércio (9,02%);
- elevação de R\$ 5,1 bilhões (9,4%) no IRRF, devido ao crescimento de 14,2% no IRRF - rendimentos do trabalho, influenciado pela crescimento

da massa salarial, de 6,9% no IRRF - remessas ao exterior e de 9,6% no IRRF - outros rendimentos;

- d) crescimento de R\$ 4,3 bilhões (19,0%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007, com destaque para os setores de metalurgia, fabricação de produtos químicos e fabricação de caminhões e ônibus; e IPI vinculado, decorrente da elevação de 29,9% no valor em dólar das importações tributadas, de 11,5% na alíquota média do imposto e da redução de 9,2% na taxa média de câmbio;
- e) acréscimo de R\$ 3,6 bilhões (46,4%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens, explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias (DOI) e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias (Dimob). No caso dos ganhos em operações em bolsa, o aumento na arrecadação tem como importante fator o aumento do volume de negócios na BOVESPA no ano de 2007;
- f) elevação de R\$ 1,8 bilhões (22,0%), decorrente da elevação de 29,9% no valor em dólar das importações tributadas, de 6,8% na alíquota média do imposto e da redução de 9,2% na taxa média de câmbio.

As demais receitas, por sua vez, somaram R\$ 49,8 bilhões até outubro de 2007, apresentando acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (2,9%) em relação ao do mesmo período do ano anterior. As receitas de cota parte de compensações financeiras e de dividendos da União apresentaram reduções de R\$ 1,9 bilhão (10,9%) e R\$ 3,0 bilhões (31,6%), respectivamente. Por outro lado, as receitas diretamente arrecadadas cresceram R\$ 3,4 bilhões (27,5%) e as outras receitas aumentaram R\$ 2,0 bilhões (53,2%), com destaque para a recuperação, em 2007, de débitos de exercícios anteriores no âmbito da Medida Provisória nº 303/2006. Também apresentaram crescimento as receitas da CPSS e de concessões: em conjunto, o acréscimo foi de R\$ 915,0 milhões (16,4%).

Em outubro, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 8,1 bilhões, contra R\$ 7,9 bilhões em setembro, correspondendo a uma elevação de 2,9%. Este mês ocorreu a transferência trimestral da CIDE-Combustíveis no valor de R\$ 470,8 milhões sem correspondência no mês anterior. Em contrapartida, as transferências dos fundos de participação reduziram-se em R\$ 334,8 milhões, como consequência da menor arrecadação de tributos compartilhados (IR e do

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	2.265,4	1.246,1
CEF	1.100,2	996,8
BNDES	3.041,7	923,6
Eletrobrás	-	124,4
ECT	299,6	267,2
IRB	130,1	15,8
Serpro	0,2	29,4
BASA	126,8	128,9
FND	15,2	32,2
BNB	41,6	117,9
Demais	281,4	129,0
<b>Total</b>	<b>9.642,9</b>	<b>6.599,4</b>

### **Transferências a Estados e Municípios**

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/07	OUT/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	6.401,7	6.066,9
CIDE-Combustíveis		470,8
Lei Complementar nº 115/2002 <sup>1</sup>	270,8	269,5
Demais	1.224,3	1.316,1
<b>Total</b>	<b>7.896,9</b>	<b>8.123,3</b>

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	Set	Out
Terceiro Decênio	8.014,6	7.155,7
Primeiro Decênio	2.391,3	3.094,6
Segundo Decênio	2.640,8	2.833,7
<b>Total</b>	<b>13.646,7</b>	<b>13.084,0</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,01%	3,13%
CIDE - Combustíveis	0,09%	0,09%
Lei Complementar nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,11%	0,16%
Demais	0,68%	0,68%
<b>Total</b>	<b>3,89%</b>	<b>4,06%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	57.412,0	65.267,6
CIDE - Combustíveis	1.781,3	1.850,2
Lei Complementar nº 115/2002	2.072,2	3.360,9
Demais	12.871,4	14.108,8
<b>Total</b>	<b>74.137,0</b>	<b>84.587,6</b>

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/07	OUT/07
Pessoal e Encargos	8.962,2	9.015,0
Custeio e Capital	11.678,2	12.938,1
Despesas do FAT	1.626,2	1.957,1
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	522,5	1.066,9
LOAS/RMV	1169,7	1182,2
Outras	8.359,8	8.732,0
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>11,1</b>	<b>38,6</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

IPI), principalmente no terceiro decênio de setembro em comparação com o período equivalente em agosto.

Na comparação entre o acumulado de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 10,5 bilhões (14,1%), elevando-se de R\$ 74,1 bilhões em 2006 para R\$ 84,6 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,06 pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (3,89 pontos percentuais do PIB).

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 7,9 bilhões (13,7%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas. As transferências no âmbito da Lei Complementar nº 115/2002 totalizaram R\$ 3,4 bilhões em 2007 contra R\$ 2,1 bilhões em igual período de 2006, aumento de 62,2% decorrente do repasse de: i) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 355/2007 (convertida na Lei nº 11.492/2007) que foi realizado em março; ii) R\$ 758,3 milhões referentes às sete primeiras parcelas transferidas até o mês de outubro do montante total de R\$ 975,0 milhões previsto na MP nº 368/2007 (convertida na Lei nº 11.512/2007), para ser repassado em nove parcelas; e iii) R\$ 1,6 bilhão (dos R\$ 1,9 bilhão previsto na MP nº 376/2007 para repasse até dezembro de 2007). As demais transferências, por sua vez, aumentaram R\$ 1,2 bilhão (9,6%), reflexo da elevação de R\$ 1,4 bilhão na complementação da União ao Fundeb e de R\$ 416,6 milhões nas transferências com salário-educação, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$ 571,1 milhões na cota parte de compensações financeiras.

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 22,0 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (6,5%) relativamente a setembro. As despesas de pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 9,0 bilhões em outubro apresentando relativa estabilidade, com acréscimo de R\$ 52,8 milhões (0,6%). Os gastos com custeio e capital cresceram R\$ 1,3 bilhão (10,8%), sendo R\$ 544,4 milhões nos subsídios e subvenções econômicas, R\$ 372,1 milhões em "Outras Despesas de Custeio e Capital" e R\$ 330,8 milhões com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, o aumento ocorreu, principalmente, pela despesa de R\$ 583,2 milhões no âmbito da Securitização da Dívida Agrícola e de R\$ 89,7 milhões no Fundo da Terra/Incrá. Por seu turno, os dispêndios com os Programas de Preços Agrícolas – aquisição, garantia e sustentação - reduziram em R\$ 83,4 milhões, sendo que o



Programa de Aquisição do Governo Federal (AGF) observou redução de R\$ 101,4 milhões, em contraponto ao crescimento de R\$ 18,0 milhões no Programa Sustentação de Preços.

As outras despesas de custeio e capital atingiram R\$ 8,7 bilhões em outubro, contra R\$ 8,4 bilhões no mês anterior, com variação de R\$ 372,1 milhões. As despesas discricionárias apresentaram redução, em outubro, de R\$ 857,1 milhões relativamente a setembro. A execução das despesas do PPI, passíveis de dedução da meta do superávit primário foi de R\$ 451,7 milhões no mês, registrando aumento de R\$ 115,2 milhões em relação a setembro, destacando os projetos de restauração e recuperação da malha rodoviária, os Corredores Mercosul e Araguaia-Tocantins.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,81% do PIB, contra 9,44% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 24,4 bilhões (13,6%) em relação a 2006, acima do crescimento nominal do PIB no período (9,33%). Destacam-se os incrementos de R\$ 14,7 bilhões (15,3% ou 0,27 ponto percentual do PIB) nos gastos com custeio e capital, e de R\$ 9,9 bilhões (13,1% ou 0,10 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,37% do PIB, em 2006, para 4,47% do PIB, em 2007, com incremento de 0,10%. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 1,2 bilhão. Neste valor estão computados precatórios relativos aos Poderes de R\$ 2,2 bilhões, pagos pelas Justiças Federal e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 2,6 bilhões no mesmo período de 2006. Verificou-se o incremento de R\$ 8,7 bilhões nos gastos de pessoal no âmbito do Poder Executivo. O crescimento desta rubrica decorreu, principalmente, da reestruturação de carreiras dos servidores públicos federais.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,04% para 5,32% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,17 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,07 p.p. do PIB) e “benefícios assistenciais” (0,03 p.p. do PIB). As despesas do FAT atingiram R\$ 15,1 bilhões até outubro de 2007, contra R\$ 12,5 bilhões em igual período do ano anterior, tendo crescido R\$ 2,6 bilhões (21,0%) comparativamente ao período janeiro a outubro de 2006.

Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por

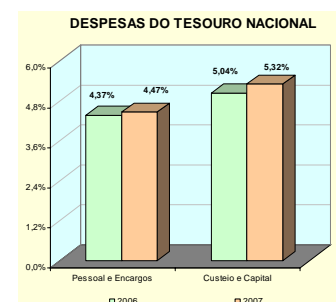
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/07	OUT/07
Sentenças Judiciais	10,0	13,6
Legislativo/Judiciário	375,5	412,0
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	222,8	1.234,2
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	336,5	451,7
Outras <sup>3</sup>	(8,5)	54,1
<b>Discricionárias</b>	<b>7.423,5</b>	<b>6.566,4</b>
d/q Min. da Saúde	2.861,4	2.233,5
Min. do Des. Social	1.011,1	967,2
Min. da Educação	607,3	741,5
Min. da Defesa	516,2	525,7
Min. da Ciência e Tecnologia	229,3	281,4
Min. do Des. Agrário	193,0	144,6
Min. da Justiça	113,2	70,9
Min. da Previdência	165,6	95,3
Min. das Cidades	54,5	151,7
Demais	1.671,9	1.354,7
<b>Total</b>	<b>8.359,8</b>	<b>8.732,0</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.438, de 28/12/06 (LDO-2007).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior



DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,37%</b>	<b>4,47%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>5,04%</b>	<b>5,32%</b>
Despesas do FAT	0,65%	0,72%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,28%	0,28%
LOAS/RMV	0,50%	0,54%
Outras	3,61%	3,78%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,02%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	968,6	1.186,0
Legislativo/Judiciário	3.567,8	3.920,6
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	2.713,6	4.097,7
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	1.978,0	3.176,6
Outras <sup>3</sup>	693,2	624,3
Discricionárias	58.806,6	65.626,4
d/q Min. da Saúde	27.611,0	29.015,2
Min. do Des. Social	7.471,9	8.764,5
Min. da Educação	5.704,3	5.886,1
Min. da Defesa	3.301,5	4.309,0
Min. da Ciência e Tecnologia	1.622,7	2.175,3
Min. do Des. Agrário	1.139,1	1.376,3
Min. da Previdência	725,7	1.104,4
Min. da Justiça	895,6	1.030,3
Min. dos Transportes	1.481,3	983,1
Demais	8.853,5	10.982,3
<b>Total</b>	<b>68.727,8</b>	<b>78.831,5</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.438, de 29/12/06 (LDO-2007).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e o crescimento do número de beneficiários identificados, que passou de 11,8 milhões para 13,9 milhões de trabalhadores. Também explica o crescimento das despesas do FAT o reajuste do salário-mínimo, com impacto no valor do seguro-desemprego e do pagamento do abono salarial – calendário jun/06 a mai/07 - com desembolsos nos quatro primeiros meses de 83,0% dos dispêndios previstos para o exercício. As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 1,6 bilhão (16,9%) em relação ao acumulado até outubro de 2006. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo e o crescimento da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,2 milhão foi relativo aos idosos e 1,3 milhão, aos portadores de deficiência.

*As despesas com LOAS/RMV aumentaram 16,9% em 2007. No caso da LOAS, o número médio dos benefícios emitidos até outubro superou em 8,0% o número médio de igual período do ano anterior.*

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2001-2007**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-out/01	1.281.573	-	439.563	-	842.010	-
média jan-out/02	1.435.654	12%	521.824	19%	913.830	9%
média jan-out/03	1.619.263	13%	620.997	19%	998.266	9%
média jan-out/04	1.869.134	15%	800.433	29%	1.068.702	7%
média jan-out/05	2.155.104	15%	991.465	24%	1.163.640	9%
média jan-out/06	2.373.030	10%	1.122.420	13%	1.250.610	7%
média jan-out/07	2.556.288	8%	1.229.427	10%	1.326.860	6%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 5,8 bilhões no período de janeiro a outubro de 2007, apresentando aumento de R\$ 539,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. As subvenções aos fundos regionais, por seu turno, mantiveram relativa estabilidade no período, em função da adequação dessas instituições às normas emanadas pela Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005. Houve, no período considerado, o aumento nas despesas com o Programa Garantia de Sustentação de Preços (R\$ 364,8 milhões) em relação ao ano anterior, destacando como principais produtos: algodão, milho, arroz, soja e feijão.

A execução financeira do PPI – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 3,2 bilhões em 2007, contra R\$ 2,0 bilhões em 2006. Considerando o total dos investimentos no âmbito do decreto de

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2006	2007
<b>Agricultura</b>	<b>2.657,4</b>	<b>4.144,0</b>
Custeio Agropecuário	159,5	848,3
Investimento Rural	326,7	25,8
Preços Agrícolas	1.022,9	1.107,5
- EGF	2,3	6,5
- AGF	413,0	128,5
- Sustentação de preços	607,7	972,5
Pronaf	551,6	715,9
Pesa	275,8	315,5
Cacau	0,6	0,3
Securitização	0,0	454,4
Fundo da Terra/Incra	320,2	676,1
FUNCAFÉ	0,0	0,2
<b>Outros</b>	<b>-670,6</b>	<b>-358,0</b>
Habitação (PSH)	284,8	126,8
FND	-1.224,8	-581,2
Exportação (Proex)	269,3	96,5
<b>Total</b>	<b>1.986,8</b>	<b>3.786,0</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção

<sup>2</sup> Dados revisados

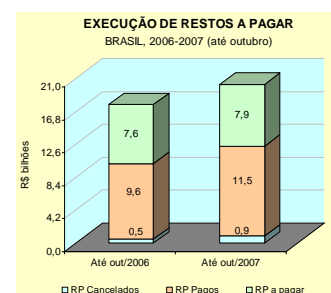
programação financeira (Tabela A9), houve um crescimento de 27,5% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 13,5 bilhões, sendo que R\$ 8,2 bilhões relativos a restos a pagar e R\$ 5,3 bilhões do orçamento atual com destaque para os projetos do exercício: adequação, restauração e reconstrução das rodovias federais, construção da Ferrovia Norte-Sul e implantação de infraestrutura e sistemas vitais na área da saúde.

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve pagamento de R\$ 4,1 bilhões com a execução de créditos extraordinários, 51,0% superior ao executado em igual período de 2006, destacando-se os gastos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social – para aquisição de alimentos da agricultura familiar; Ministério da Educação – Brasil Escolarizado e do Ministério do Esporte – Implantação da Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan Americanos. Houve também aumento de 22,4% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 1,2 bilhão até outubro.

Os gastos com custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 3,9 bilhões, representando incremento de R\$ 352,8 milhões. As despesas discricionárias no período cresceram R\$ 6,8 bilhões (11,6%), acima da evolução do PIB nominal no período (9,3%). Dentre os Ministérios que apresentaram aumento nos dispêndios no acumulado até outubro em relação ao ano anterior destacam-se os Ministérios da Saúde (R\$ 1,4 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 1,3 bilhão), e da Defesa (R\$ 1,0 bilhão). Excetuando as despesas identificadas no âmbito dos ministérios da área social (MS, MDS, ME, MDA e MPS), nos demais se constatou ligeiro crescimento ou redução dos gastos discricionários.

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 11,5 bilhões, equivalentes a 59,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$ 9,6 bilhões, correspondentes a 56,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até outubro, R\$ 6,9 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando percentual de execução de 51,2% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 1,8 bilhão), Saúde (R\$ 1,1 bilhão), Educação (R\$ 618,9 milhões) e Cidades (R\$ 612,7 milhões). Os principais programas beneficiados nesses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária (R\$ 877,7 milhões), os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul, Nordeste e Leste (R\$ 1.032,9 bilhão), o Saneamento Ambiental Urbano (R\$ 397,8 milhões), os programas Universidade do Século XXI (R\$ 409,5 milhões), Turismo no Brasil: uma Viagem para Todos (R\$ 337,1 milhões), Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano (R\$ 228,0 milhões), Assentamentos Sustentáveis

*O crescimento das despesas discricionárias em 2007 em torno de 11,6%, acima da evolução do PIB nominal no período (9,3%), decorreu do maior dinamismo na execução financeira das despesas da área social.*



para Trabalhadores Rurais (R\$ 244,6 milhões), Democratizando o Acesso à Educação Profissional (R\$ 134,3 milhões) e Brasil Escolarizado (R\$ 117,9 milhões).

## Previdência Social

Em outubro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,7 bilhões, inferior em R\$ 6,5 bilhões ao registrado em setembro (queda de 70,6%). A redução do déficit primário se explica essencialmente pelo pagamento antecipado de metade do abono de gratificação natalina aos aposentados e pensionistas do RGPS em setembro, sem gasto correspondente em outubro. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 38,4 bilhões, contra R\$ 37,1 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 3,5%).

*Em outubro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,7 bilhões. No período de janeiro a outubro de 2007, o déficit atingiu R\$ 38,4 bilhões, equivalentes a 1,85% do PIB. Em igual período de 2006, o déficit acumulado chegou a R\$ 37,1 bilhões, correspondentes a 1,95% do PIB.*

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	SET	OUT	JAN-OUT	
	2007	2007	2006	2007
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>11.392,6</b>	<b>11.711,9</b>	<b>95.714,6</b>	<b>108.820,0</b>
Arrecadação Bruta	12.584,4	12.932,6	104.165,5	120.453,7
- Contribuição Previdenciária	11.545,5	11.994,6	95.575,3	110.558,2
- Simples	750,7	748,0	6.485,3	7.562,5
- CFT	53,7	62,7	568,5	586,9
- Depósitos Judiciais	185,0	77,9	1.085,0	1.276,1
- Refis	26,0	25,2	279,2	237,8
- Outras Receitas	23,5	24,2	172,2	232,2
(-) Restituição/Devolução	-22,6	-21,7	-398,2	-396,9
(-) Transferências a Terceiros	-1.169,1	-1.199,0	-8.052,7	-11.236,8
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>20.550,4</b>	<b>14.406,3</b>	<b>132.838,1</b>	<b>147.255,2</b>
Benefícios Previdenciários	20.550,4	14.406,3	132.838,1	147.255,2
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-9.157,7</b>	<b>-2.694,4</b>	<b>-37.123,5</b>	<b>-38.435,1</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,95%</b>	<b>-1,85%</b>

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	95.714,6	108.820,0	13,7%
Benefícios	132.838,1	147.255,2	10,9%
Resultado Primário	-37.123,5	-38.435,1	3,5%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 11,7 bilhões em outubro, representando elevação de R\$ 319,3 milhões (2,8%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos dez primeiros meses de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 13,1 bilhões (13,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 95,6 bilhões para R\$ 110,6 bilhões (elevação de 15,7%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a setembro de 2007 foi 10,1% superior à verificada no período correspondente de 2006. Esse

efeito foi também reforçado pelo comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, nos nove primeiros meses de 2007, o saldo líquido entre admissões e desligamentos alcançou 1,607 milhão de postos (crescimento de 5,81%).

As despesas com benefícios apresentaram, em outubro, redução de R\$ 6,1 bilhões (29,9%) com relação ao mês anterior. Essa queda foi consequência do gasto realizado em setembro, em cumprimento às disposições do Decreto nº. 6.164, de 20 de julho de 2007, que em seu art. 1º. determinou que até metade do abono anual previdenciário (correspondente à gratificação natalina dos empregados) fosse paga aos segurados e dependentes da Previdência Social em setembro. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 14,4 bilhões (10,9%), atingindo o montante de R\$ 147,3 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 33,28 (6,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 598,8 mil (2,8%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios dos dez primeiros meses de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 362,6 mil aposentadorias (2,7%), de 142,7 mil pensões por morte (2,4%) e de 91,9 mil benefícios de auxílio-doença (6,4%).

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,2	21,8	2,8%
Valor médio RGPS**	552,6	585,9	6,0%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

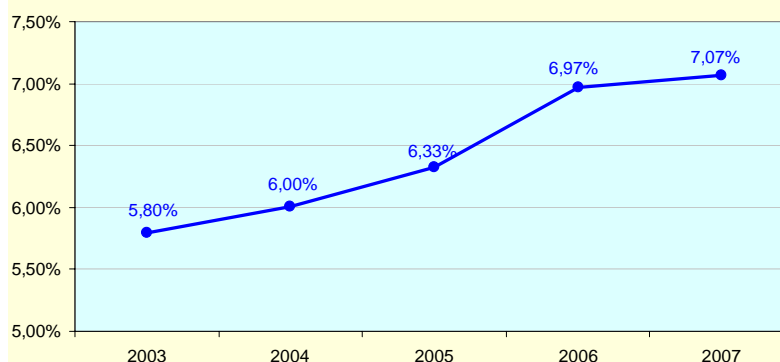
	Em mil benefícios			
	SET	OUT	JAN-OUT	
	2007	2007	2006	2007
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>22.020</b>	<b>22.040</b>	<b>21.214</b>	<b>21.813</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>21.245</b>	<b>21.265</b>	<b>20.481</b>	<b>21.063</b>
Aposentadorias	13.734	13.781	13.238	13.599
Idade	7.100	7.128	6.782	7.013
Invalidez	2.735	2.739	2.716	2.736
Tempo de contribuição	3.899	3.915	3.740	3.850
Pensão por morte	6.043	6.059	5.845	5.988
Auxílio-Doença	1.385	1.338	1.324	1.397
Salário - maternidade	44	47	41	41
Outros	38	39	33	37
<b>Acidentários</b>	<b>776</b>	<b>775</b>	<b>733</b>	<b>751</b>
Aposentadorias	148	148	146	147
Pensão por morte	129	129	130	129
Auxílio - doença	145	144	101	120
Auxílio - acidente	270	270	269	270
Auxílio - suplementar	83	83	88	84

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a outubro

de cada ano. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 5,80% do PIB; em 2007, correspondem a 7,07%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,32 ponto percentual do PIB por ano.

*Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 21,9%, passando de 5,80% do PIB no acumulado de janeiro a outubro de 2003 para 7,07% do PIB no mesmo período em 2007.*

**DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)**  
Brasil, 2003-2007 (% do PIB) - acumulado até outubro

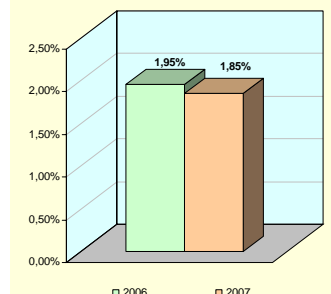


**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)

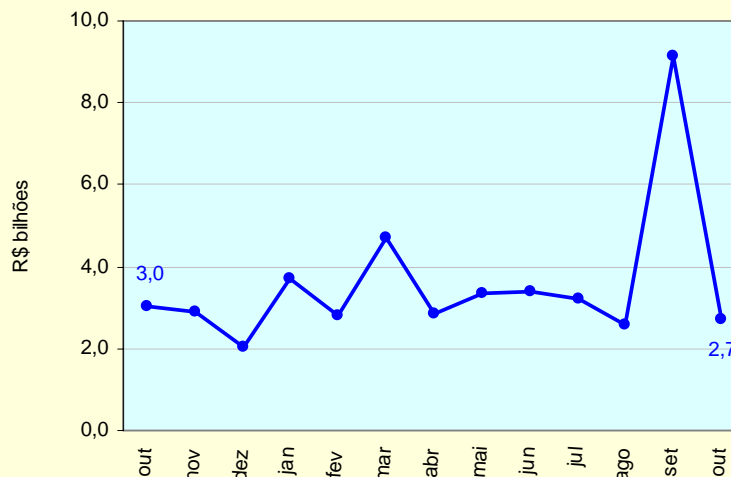
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,02%	5,22%
Benefícios	6,97%	7,07%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,95%</b>	<b>-1,85%</b>

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,20 ponto percentual em relação ao período de janeiro a outubro do ano passado, superando o aumento de 0,10 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,85% do PIB, 0,10 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2006 (1,95%).

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, Jan-Out (% do PIB)



**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, 2006/2007



## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 641,9 bilhões, equivalente a 25,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em termos nominais, houve redução de R\$ 15,7 bilhões frente ao saldo encerrado em setembro. Essa redução é explicada, pelo resgate líquido de títulos da dívida pública federal ocorrido no mês e pela apreciação cambial, a qual reduziu o saldo da dívida externa apurado em moeda local.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	OUT	SET	OUT
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>428.605</b>	<b>542.774</b>	<b>534.115</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	1.065.957	1.212.089	1.210.350
Dívida Contratual da STN	-456.337	-471.904	-478.367
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-181.015	-197.411	-197.869
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>141.103</b>	<b>114.798</b>	<b>107.804</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	111.264	89.729	84.157
Dívida Contratual	30.177	25.354	23.955
Disponibilidades	-339	-286	-308
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>569.708</b>	<b>657.571</b>	<b>641.918</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>24,9%</b>	<b>26,4%</b>	<b>25,7%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.  
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

*Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 641,9 bilhões, o equivalente a 25,7% do PIB acumulado em doze meses.*

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de outubro com saldo de R\$ 534,1 bilhões, equivalentes a 21,4% do PIB. Esse montante é inferior ao saldo observado no mês anterior em R\$ 8,7 bilhões. O saldo da dívida mobiliária em poder do público apresentou decréscimo de R\$ 1,7 bilhão. Esse resultado decorreu do resgate líquido verificado no período, de R\$ 13,2 bilhões, em montante superior à apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi.

### ***Dívida Interna Líquida***

*Em outubro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 534,1 bilhões, o equivalente a 21,4% do PIB.*

Os haveres contratuais líquidos do Tesouro Nacional, Fundos, Autarquias e Fundações apresentaram elevação de R\$ 6,9 bilhões. Os principais fatores de variação foram o crescimento do saldo da arrecadação a recolher, em R\$ 4,7 bilhões, e pela atualização dos saldos devedores dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997, cujo saldo aumentou R\$ 3,0 bilhões.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 OUT	2007 SET	2007 OUT
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>428.605</b>	<b>542.774</b>	<b>534.115</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>1.065.957</b>	<b>1.212.089</b>	<b>1.210.350</b>
LFT	430.682	405.098	420.284
LTN	323.311	320.843	295.605
NTN-B	160.878	236.308	241.456
NTN-C	65.402	65.380	65.532
NTN-D	1.294	1.114	1.073
NTN-F	26.841	125.484	129.954
Demais	34.192	32.086	30.856
Dívida Securitizada	19.219	21.281	21.035
TDA	4.139	4.495	4.555
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-637.352</b>	<b>-669.316</b>	<b>-676.235</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-456.337</i>	<i>-471.904</i>	<i>-478.367</i>
Dívida Bancária	24.136	22.989	22.847
Lei nº 7.976/89	-3.469	-2.238	-2.116
Lei nº 8.727/93	-46.847	-45.330	-45.196
Lei nº 9.496/97	-260.068	-276.486	-279.507
Renegociação Dívidas Municipais	-40.007	-43.149	-43.205
Demais Haveres da STN	-130.082	-127.689	-131.189
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-181.015</i>	<i>-197.411</i>	<i>-197.869</i>
FAT	-128.163	-135.925	-135.611
Demais Entidades	-52.852	-61.486	-62.258
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>46,5%</b>	<b>48,7%</b>	<b>48,4%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-27,8%</b>	<b>-26,9%</b>	<b>-27,0%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-19,9%</b>	<b>-19,0%</b>	<b>-19,1%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>18,7%</b>	<b>21,8%</b>	<b>21,4%</b>

A Dívida Interna Líquida passou de R\$ 542,8 bilhões em setembro para R\$ 534,1 bilhões em outubro.

## Emissões e Resgates

Em outubro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 44,8 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 58,0 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 13,2 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 42,1 bilhões, sendo: i) R\$ 18,6 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2008 e janeiro de 2009 e 2010; ii) R\$ 14,8 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2011 e 2013; iii) R\$ 5,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos de novembro de 2009 a maio de 2045; e iv) R\$ 3,2 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2011, 2013 e 2017.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 2,6 bilhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 1,6 bilhão em CFT-A4 e R\$ 659,3 milhões em CFT-A1 em permuta por CFT-A1 e CFT-A5; ii) R\$ 176,4 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS - série A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores; iii) R\$ 105,4 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de desapropriação para reforma agrária; iv) R\$ 68,9 milhões em CFT-E1 para o Fies; e v) R\$ 17,4 milhões em NTN-I para o Proex.



**TABELA 6**  
**EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO**  
**NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, OUT/2007**

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
<b>I. EMISSIONES</b>	<b>42.099,3</b>	<b>2.632,7</b>	<b>58,2</b>	<b>44.790,2</b>
LFT	14.844,1	0,0	8,5	14.852,6
LTN	18.645,7	0,0	26,1	18.671,8
NTN-B	5.370,1	0,0	17,8	5.387,9
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	3.239,4	0,0	5,8	3.245,2
TDA	0,0	105,4	0,0	105,4
Securitizada*	0,0	176,4	0,0	176,4
Demais	0,0	2.350,9	0,0	2.350,9
<b>II. RESGATES**</b>	<b>53.064,9</b>	<b>4.822,8</b>	<b>64,8</b>	<b>57.952,6</b>
LFT	2.943,8	587,6	5,1	3.536,5
LTN	46.857,0	0,0	48,6	46.905,6
NTN-B	2.166,5	137,1	6,8	2.310,4
NTN-C	1.097,6	48,6	1,5	1.147,7
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	2,9	2,9
TDA	0,0	63,7	0,0	63,7
Securitizada*	0,0	548,9	0,0	548,9
Demais	0,0	3.436,9	0,0	3.436,9
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>-10.965,6</b>	<b>-2.190,1</b>	<b>-6,7</b>	<b>-13.162,4</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

*No mês, os resgates no âmbito da DPMFi superaram as emissões em R\$ 13,2 bilhões.*

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 58,2 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 26,1 milhões em LTN com vencimentos de abril de 2008 a janeiro de 2010; ii) R\$ 17,8 milhões em NTN-B com vencimentos de maio de 2009 a maio de 2045; iii) R\$ 8,5 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010, 2011 e 2013; e iv) R\$ 5,8 milhões em NTN-F com vencimentos de janeiro de 2010 a janeiro de 2017.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em outubro, atingiu R\$ 58,0 bilhões, sendo R\$ 46,1 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 11,9 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 4,4 bilhões em LTN aceitas no leilão de troca de LTN; ii) R\$ 2,3 bilhões em NTN-B, R\$ 1,0 bilhão em LFT e R\$ 238,6 milhões de NTN-C, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; iii) R\$ 2,3 bilhões de CFT-A aceitos em permuta por outros certificados; iv) R\$ 1,6 bilhão em LFT aceitas no leilão de troca desse título; e v) R\$ 8,2 milhões em TDA por decisões judiciais.

#### Boxe 1 – Tesouro Direto

Em outubro, a venda de títulos por meio do Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 58,2 milhões. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, com 44,9% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B Principal), com 30,6% e pela LFT, com 14,5%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados em 2007 atingiram, respectivamente, as cifras de R\$ 687,7 milhões e 23.949 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.871 novos investidores, totalizando 97.147 pessoas desde o início do programa, o que representa um aumento de 40,0% em relação ao número acumulado até outubro de 2006.

Em relação à composição da DPMFi no mês anterior, observou-se aumento de 1,26 ponto percentual na participação de títulos remunerados pela taxa Selic, devido à emissão líquida de LFT, no valor de R\$ 11,3 bilhões, e de

## Composição

0,43 ponto percentual na participação de títulos indexados a índices de preços, devido à emissão líquida de NTN-B no valor de R\$ 3,1 bilhões. A participação de títulos prefixados reduziu 1,68 ponto percentual, devido ao resgate líquido de R\$ 25,0 bilhões desses papéis.

*Em outubro, o estoque dos títulos prefixados correspondeu a 35,19% da DPMFi.*

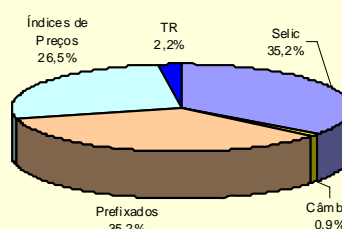
**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\***  
**BRASIL, 2006/2007**

INDEXADOR	2006		2007
	OUT	SET	OUT
Selic	41,00	33,94	35,20
Câmbio	1,32	1,01	0,95
Prefixados	32,90	36,87	35,19
Índices de Preços	22,54	26,04	26,47
TR	2,24	2,13	2,19

(%)

\* Não inclui dívida agrícola.

**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, OUT/2007**



## Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou, de 11,89% a.a., em setembro, para 12,00% a.a., em outubro, devido à: i) maior variação do IPCA (0,30%, em outubro, contra 0,18%, em setembro); e ii) menor apreciação do real frente ao dólar norte-americano (5,16%, em outubro, contra 6,27%, em setembro). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi reduziu de 12,98% a.a., em setembro, para 12,73% a.a., em outubro.

**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007**

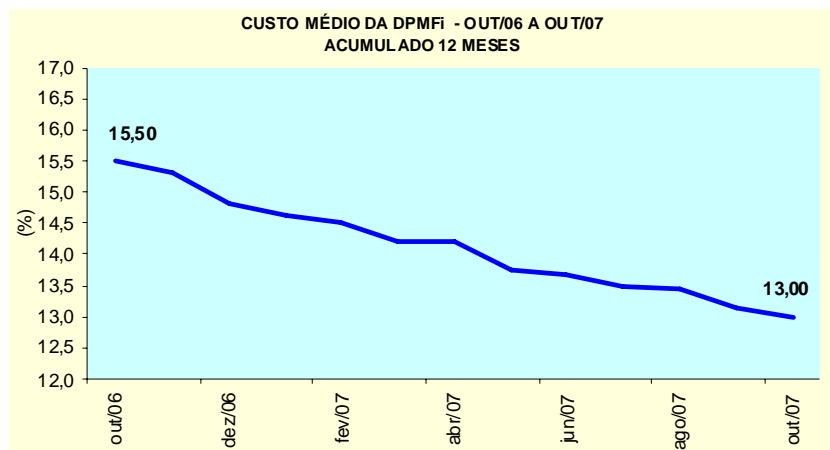
PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)	
		(% anual)	
2006	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Mai	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71
	Jul	12,42	12,01
	Ago	13,24	13,74
	Set	12,98	11,89
	Out	12,73	12,00

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

*O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público totalizou 12,00% a.a. em outubro.*

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu de 13,16% a.a., em setembro, para 13,00% a.a., em outubro, em virtude da redução da taxa Selic (0,93%, em outubro de 2007, contra 1,09%, no mesmo mês do ano anterior) e da maior apreciação do real frente ao dólar norte-americano (5,16%, em outubro de 2007, contra 1,44%, no mesmo mês do ano anterior).



O custo da DPMFi acumulado em 12 meses totalizou 13,0% em outubro, inferior em 0,16 ponto percentual ao observado no mês anterior, reflexo da redução da taxa Selic e da apreciação cambial.

O prazo médio da DPMFi aumentou 0,69 mês, passando de 36,05 meses, em setembro, para 36,74 meses, em outubro. Essa elevação foi resultado do resgate líquido de LTN (R\$ 28,2 bilhões) aumentando o prazo médio desse título em 1,01 mês, e da emissão líquida de LFT (R\$ 11,3 bilhões), com prazo médio de emissão de 55,91 meses, superior ao prazo médio de estoque de 25,58 meses. A vida média da DPMFi também apresentou aumento, passando de 54,83 meses, em setembro, para 55,87 meses, em outubro.

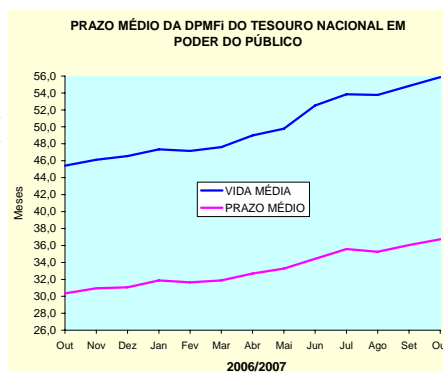
### Prazo Médio

Em comparação a setembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,69 mês.

**TABELA 9**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2006			
Out	45,42	30,35	25,76
Nov	46,11	30,96	26,56
Dez	46,55	31,06	26,72
2007			
Jan	47,35	31,88	27,64
Fev	47,16	31,64	27,42
Mar	47,62	31,88	27,75
Abr	48,99	32,69	28,72
Mai	49,77	33,28	29,50
Jun	52,52	34,43	30,66
Jul	53,84	35,59	31,88
Ago	53,77	35,26	31,58
Set	54,83	36,05	32,56
Out	55,87	36,74	33,43

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

TÍTULOS	Meses		
	2006	2007	2007
LFT	20,70	25,39	25,58
LTN	10,33	9,18	10,18
NTN-B	57,30	67,71	67,53
NTN-C	78,00	81,70	82,06
NTN-D	18,78	9,39	8,29
TDA	60,19	55,62	55,68
Divida Securitizada*	86,26	84,28	85,48
Demais	70,22	47,22	45,56
<b>TOTAL</b>	<b>30,35</b>	<b>36,05</b>	<b>36,74</b>

(\*) Inclui divida agricola.

## Dívida Externa Líquida

*Em outubro, a Dívida Externa Líquida diminuiu R\$ 7,0 bilhões, em decorrência da apreciação cambial de 5,16% e do vencimento do bônus Euro 2007.*

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de outubro com saldo de R\$ 107,8 bilhões, o que representou um decréscimo de R\$ 7,0 bilhões em relação a setembro, equivalente a 4,2 pontos percentuais do PIB. Dentre os fatores que contribuíram para este resultado destacam-se a apreciação de 5,16% do real frente à moeda norte-americana, o vencimento do bônus Euro 2007, bem como o pagamento de cupom de juros de diversos títulos. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou decréscimo de 1,0%, totalizando US\$ 61,8 bilhões.

Vale destacar que os valores do estoque apresentados nesta seção apropriam – por competência – os juros nominais, ao contrário da sistemática adotada até a edição anterior deste boletim. O boxe 2, abaixo apresenta outros detalhes desta mudança metodológica.

**TABELA 10**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO (\*)**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 OUT	2007 SET	2007 OUT
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>111.264</b>	<b>89.729</b>	<b>84.157</b>
Bônus de Renegociação	468	344	328
Bônus de Captação	110.796	89.385	83.829
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>30.177</b>	<b>25.354</b>	<b>23.955</b>
Organismos Multilaterais	24.134,3	20.948,8	19.977,3
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.042,8	4.405,7	3.977,9
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>141.441</b>	<b>115.083</b>	<b>108.112</b>
<b>III. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-339</b>	<b>-286</b>	<b>-308</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III)</b>	<b>141.103</b>	<b>114.798</b>	<b>107.804</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>6,0%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,2%</b>

(\*) Apropriada por competência os juros nominais.

### Boxe 2 – Apropriação por competência dos juros nominais da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

Dando continuidade ao processo de convergência dos critérios de registro da sua dívida, a partir desse mês o Tesouro Nacional substituirá a metodologia atualmente empregada na apuração do componente externo da dívida líquida. A mudança consiste basicamente na incorporação ao estoque da Dívida Externa Líquida dos juros nominais apropriados por competência, replicando procedimento historicamente utilizado no cálculo da dívida mobiliária interna.

A nova série de Dívida Externa Líquida vinha sendo divulgada apenas no anexo do boletim Resultado do Tesouro Nacional, desde outubro de 2006, quando foi iniciada a elaboração da estatística. Essa informação estava circunscrita à Tabela A6-B, a qual detalha os componentes da dívida externa pelo novo conceito. A partir deste boletim a nova estatística será contemplada na apuração da Dívida Líquida do Tesouro Nacional, tanto na Tabela A5 localizada no anexo, quanto na Tabela 4 apresentada no corpo do relatório. A série calculada pelo conceito tradicional continuará sendo divulgada na Tabela A6 até a edição do boletim de dezembro deste ano, quando então será substituída pela nova série.

O serviço da DPFe totalizou R\$ 2,8 bilhões, sendo R\$ 1,0 bilhão referente ao pagamento de juros, ágio e encargos e R\$ 1,8 bilhão referente ao pagamento de principal. Destaque-se no mês a amortização do bônus Euro 2007, no valor de R\$ 1,6 bilhão.

**TABELA 11**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, OUT/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS<sup>1</sup></b>	<b>1.798,4</b>	<b>1.004,3</b>	<b>2.802,8</b>
<b>I.1. Organismos Multilaterais</b>	103,4	123,0	226,4
<b>I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.</b>	134,2	79,6	213,8
<b>I.3. Dívida Mobiliária<sup>2</sup></b>	<b>1.560,9</b>	<b>801,7</b>	<b>2.362,6</b>
Euro 2007	1.560,9	148,3	1.709,1
Global 2008	0,0	83,5	83,5
Global 2009	0,0	131,5	131,5
Global 2010	0,0	118,8	118,8
Global 2019	0,0	112,1	112,1
Global 2024	0,0	207,5	207,5
Rothschild (D.L. 6019/43)	0,0	0,0	0,0

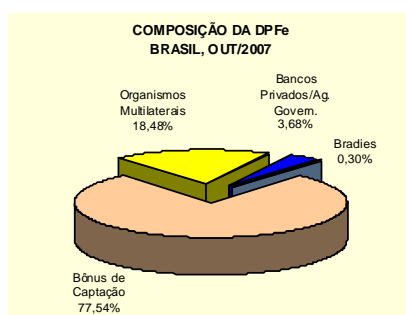
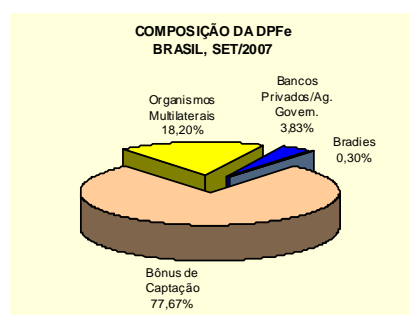
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

(2) Inclui recompras.

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,8 bilhões no mês, dos quais R\$ 1,8 bilhão referente à amortização de principal.*

Em relação à composição da DPFe, houve redução percentual da participação dos Bônus de Captação, de 77,67% para 77,54%, devido aos já citados vencimento do Euro 2007 e pagamento de cupom de juros de diversos títulos.

## Composição



*Em outubro, os bônus de captação responderam por 77,54% da Dívida Pública Federal externa, seguidos pelas obrigações junto a organismos multilaterais, responsáveis por 18,48%.*

O prazo médio da DPFe passou de 6,21 anos, em setembro, para 6,30 anos, em outubro. O vencimento do bônus Euro 2007, bem como o pagamento de cupom de juros de diversos títulos foram os fatores que contribuíram para

## Custo e Prazo Médios

este aumento, uma vez que não houve emissão de títulos no mercado externo neste mês. A vida média também elevou-se, ao passar de 13,77 anos, em setembro, para 13,99, em outubro.

O custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa foi de -5,39%, em outubro, contra -2,52% em setembro, em decorrência da apreciação do real frente ao dólar norte-americano de 5,16%, em outubro de 2007, contra uma apreciação de 1,44%, no mesmo mês do ano anterior.

**TABELA 12**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	
	OUT	SET	OUT
<b>PRAZO MÉDIO (1)</b>	<b>5,95</b>	<b>6,21</b>	<b>6,30</b>
Bônus de Renegociação	3,23	2,94	2,85
Bônus de Captação	5,96	6,22	6,31
Globais	6,64	6,70	6,69
Euros	3,15	3,19	3,59
Reais	6,05	7,05	6,96
Demais	0,55	-	-
<b>VIDA MÉDIA (2)</b>	<b>13,85</b>	<b>13,77</b>	<b>13,99</b>
Bônus de Renegociação	6,87	5,96	5,87
Bônus de Captação	13,76	13,80	14,02
Globais	15,89	15,66	15,66
Euros	4,49	4,02	4,54
Reais		14,48	14,39
Demais	0,69	-	-
<b>CUSTO MÉDIO (3)</b>	<b>7,02</b>	<b>(2,52)</b>	<b>(5,39)</b>
Bônus de Renegociação	0,51	(10,40)	(13,77)
Bônus de Captação	7,36	(2,49)	(5,36)
Globais	5,44	(6,62)	(10,15)
Euros	10,89	3,80	0,54
Reais	13,10	12,32	12,27
Demais	3,83	-	-

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

*Em outubro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,30 anos, contra 6,21 anos observado no mês anterior.*

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

**Tabela A6** – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6-B** – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### **d) Outras Informações**

**Tabela A9** – Custeio por Órgão até Outubro 2006/2007

**Tabela A10** – Investimento por Órgão até Outubro 2006/2007

**Tabela A11** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Outubro 2006/2007

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>46.830,7</b>	<b>42.754,6</b>	<b>57.649,4</b>	<b>52.086,5</b>	<b>43.203,1</b>	<b>47.712,6</b>	<b>54.987,1</b>	<b>48.241,9</b>	<b>49.433,2</b>	<b>50.874,9</b>	<b>48.673,0</b>	<b>49.294,9</b>	<b>54.692,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>36.394,7</b>	<b>32.144,3</b>	<b>40.074,7</b>	<b>42.552,2</b>	<b>32.632,1</b>	<b>37.043,0</b>	<b>44.277,9</b>	<b>37.301,7</b>	<b>38.405,3</b>	<b>39.608,0</b>	<b>36.891,7</b>	<b>37.834,8</b>	<b>42.886,6</b>
I.1.1. Receita Bruta	37.958,9	33.406,2	41.495,4	43.111,8	32.739,2	37.416,3	45.169,2	37.644,4	39.635,9	40.913,9	38.808,9	39.374,0	44.584,6
- Impostos	15.777,2	13.823,3	20.986,1	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6	16.364,9	19.436,0
- Contribuições	16.985,4	16.394,2	17.294,4	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5	18.512,3	19.522,3
- Demais <sup>1</sup>	5.196,3	3.188,7	3.214,9	6.898,5	2.825,0	4.257,6	7.866,8	5.562,4	3.080,8	5.162,3	4.068,8	4.496,7	5.626,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.564,2	-1.261,8	-1.420,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>10.314,5</b>	<b>10.414,5</b>	<b>17.391,1</b>	<b>9.477,2</b>	<b>10.436,8</b>	<b>10.534,0</b>	<b>10.622,1</b>	<b>10.837,5</b>	<b>10.928,8</b>	<b>11.195,1</b>	<b>11.684,0</b>	<b>11.392,6</b>	<b>11.711,9</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>121,5</b>	<b>195,7</b>	<b>183,6</b>	<b>57,1</b>	<b>134,3</b>	<b>135,6</b>	<b>87,2</b>	<b>102,7</b>	<b>99,1</b>	<b>71,8</b>	<b>97,3</b>	<b>67,5</b>	<b>93,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>6.453,2</b>	<b>9.357,3</b>	<b>9.285,7</b>	<b>8.133,4</b>	<b>8.892,8</b>	<b>7.648,8</b>	<b>8.570,4</b>	<b>9.423,7</b>	<b>9.678,0</b>	<b>7.733,1</b>	<b>8.487,2</b>	<b>7.896,9</b>	<b>8.123,3</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5	6.401,7	6.066,9
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,5
II.3. Transferências da Cide	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0	465,9	0,0	0,0	470,8
II.4. Demais	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1	1.224,3	1.316,1
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>40.377,5</b>	<b>33.397,3</b>	<b>48.363,7</b>	<b>43.953,0</b>	<b>34.310,3</b>	<b>40.063,8</b>	<b>46.416,7</b>	<b>38.818,2</b>	<b>39.755,2</b>	<b>43.141,8</b>	<b>40.185,8</b>	<b>41.398,0</b>	<b>46.568,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>33.527,0</b>	<b>33.733,9</b>	<b>54.153,9</b>	<b>32.397,3</b>	<b>30.810,3</b>	<b>36.199,5</b>	<b>32.094,4</b>	<b>34.485,0</b>	<b>34.556,8</b>	<b>37.972,0</b>	<b>36.522,2</b>	<b>41.359,3</b>	<b>36.557,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>8.481,4</b>	<b>9.272,1</b>	<b>13.016,5</b>	<b>10.437,4</b>	<b>8.902,6</b>	<b>9.848,3</b>	<b>8.467,6</b>	<b>8.656,1</b>	<b>9.030,9</b>	<b>11.104,7</b>	<b>8.682,0</b>	<b>8.962,2</b>	<b>9.015,0</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>13.357,8</b>	<b>13.301,2</b>	<b>19.446,0</b>	<b>13.173,2</b>	<b>13.232,3</b>	<b>15.225,4</b>	<b>13.486,7</b>	<b>14.187,3</b>	<b>14.315,3</b>	<b>14.407,9</b>	<b>14.270,4</b>	<b>20.550,4</b>	<b>14.406,3</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>11.507,0</b>	<b>10.922,0</b>	<b>21.359,0</b>	<b>8.677,6</b>	<b>8.447,4</b>	<b>10.893,4</b>	<b>9.939,5</b>	<b>11.446,2</b>	<b>11.031,8</b>	<b>12.298,8</b>	<b>13.362,0</b>	<b>11.678,2</b>	<b>12.938,1</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4	1.626,2	1.957,1
- Abono e Seguro Desemprego	1.563,7	890,3	1.665,3	842,6	804,7	1.120,7	1.007,0	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9	1.555,2	1.917,6
- Demais Despesas do FAT	35,1	134,9	142,3	8,5	16,5	33,3	96,1	30,5	39,6	72,7	28,4	71,0	39,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	602,6	645,8	3.660,4	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	836,3	364,2	657,3	522,5	1.066,9
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	339,1	922,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	131,3	194,4	206,8	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	253,0	184,3	110,5	183,3	144,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>4</sup>	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0	1.169,7	1.182,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.275,5	8.215,8	14.853,8	6.438,3	6.238,1	8.226,4	7.313,6	8.329,5	7.634,9	8.118,7	9.240,3	8.359,8	8.732,0
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>52,8</b>	<b>72,8</b>	<b>111,8</b>	<b>-6,7</b>	<b>74,9</b>	<b>64,4</b>	<b>28,8</b>	<b>53,9</b>	<b>11,3</b>	<b>11,7</b>	<b>38,1</b>	<b>11,1</b>	<b>38,6</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>127,9</b>	<b>165,8</b>	<b>220,7</b>	<b>115,8</b>	<b>153,1</b>	<b>167,9</b>	<b>171,9</b>	<b>141,4</b>	<b>167,6</b>	<b>148,9</b>	<b>169,7</b>	<b>157,4</b>	<b>159,1</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>6.850,4</b>	<b>-336,7</b>	<b>-5.790,2</b>	<b>11.555,8</b>	<b>3.500,0</b>	<b>3.864,4</b>	<b>14.322,3</b>	<b>4.333,2</b>	<b>5.198,4</b>	<b>5.169,9</b>	<b>3.663,5</b>	<b>38,7</b>	<b>10.011,7</b>
V.1. Tesouro Nacional	9.900,1	2.520,2	-3.698,3	15.310,5	6.314,5	8.588,1	17.271,6	7.721,7	8.653,4	8.459,8	6.322,3	9.286,4	12.771,6
V.2. Previdência Social (RGPS) <sup>5</sup>	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4
V.3. Banco Central <sup>6</sup>	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5	-89,9	-65,6
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>7</sup></b>	<b>182,3</b>	<b>81,2</b>	<b>56,3</b>	<b>97,9</b>	<b>258,8</b>	<b>258,2</b>	<b>213,1</b>	<b>237,3</b>	<b>133,9</b>	<b>158,4</b>	<b>305,4</b>	<b>101,0</b>	<b>23,8</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>733,9</b>	<b>179,5</b>	<b>-29,3</b>	<b>151,7</b>	<b>-1.098,9</b>	<b>-209,4</b>	<b>383,7</b>	<b>774,4</b>	<b>141,4</b>	<b>-376,3</b>	<b>-523,2</b>	<b>672,1</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>7.766,6</b>	<b>-76,0</b>	<b>-5.763,2</b>	<b>11.805,3</b>	<b>2.659,9</b>	<b>3.913,2</b>	<b>14.919,1</b>	<b>5.345,0</b>	<b>5.473,8</b>	<b>4.951,9</b>	<b>3.445,7</b>	<b>811,8</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS<sup>8</sup></b>	<b>-10.272,7</b>	<b>-8.151,2</b>	<b>-7.551,7</b>	<b>-11.132,1</b>	<b>-7.659,4</b>	<b>-11.417,1</b>	<b>-10.458,0</b>	<b>-14.494,5</b>	<b>-8.229,7</b>	<b>-11.434,5</b>	<b>-8.118,2</b>	<b>-8.806,4</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>-2.506,1</b>	<b>-8.227,1</b>	<b>-13.315,0</b>	<b>673,2</b>	<b>-4.999,4</b>	<b>-7.503,9</b>	<b>4.461,0</b>	<b>-9.149,6</b>	<b>-2.755,9</b>	<b>-6.482,6</b>	<b>-4.672,5</b>	<b>-7.994,6</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6	581,4	655,4	634,8	635,9
RMV <sup>4</sup>	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3	160,7	159,1	157,5	156,0

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>5</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>6</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>7</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>8</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>46.237,0</b>	<b>50.086,3</b>	<b>66.730,8</b>	<b>41.189,9</b>	<b>48.707,5</b>	<b>48.292,0</b>	<b>53.863,8</b>	<b>52.692,5</b>	<b>52.112,3</b>	<b>50.154,1</b>	<b>53.453,5</b>	<b>52.979,0</b>	<b>53.302,0</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5	345,5
I.5 - Receita do Salário Educação	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8	688,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4	10,9
<b>II. DESPESAS</b>	<b>48.980,3</b>	<b>60.035,7</b>	<b>58.705,9</b>	<b>51.289,0</b>	<b>45.617,3</b>	<b>52.534,8</b>	<b>47.554,0</b>	<b>60.093,1</b>	<b>56.541,9</b>	<b>56.193,4</b>	<b>48.257,2</b>	<b>59.502,1</b>	<b>48.940,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>8.356,3</b>	<b>10.751,4</b>	<b>10.664,5</b>	<b>9.565,2</b>	<b>10.064,4</b>	<b>8.543,6</b>	<b>10.279,8</b>	<b>11.040,7</b>	<b>11.468,5</b>	<b>9.330,3</b>	<b>10.136,8</b>	<b>9.820,6</b>	<b>9.804,5</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,8
II.1.4 - Outras Vinculações	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6	2.192,9	1.976,2
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>40.624,0</b>	<b>49.284,4</b>	<b>48.041,4</b>	<b>41.723,8</b>	<b>35.552,8</b>	<b>43.991,2</b>	<b>37.274,2</b>	<b>49.052,4</b>	<b>45.073,4</b>	<b>46.863,1</b>	<b>38.120,4</b>	<b>49.681,5</b>	<b>39.136,2</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.106,2	11.757,7	10.131,4	10.851,7	9.490,6	10.672,5	9.262,7	9.330,4	11.788,1	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.540,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2	588,2
i) Dívida Contratual Interna	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2	429,9
ii) Dívida Contratual Externa	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0	158,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.827,6	6.593,8	8.278,1	7.256,4	13.499,5	8.567,2	8.231,3	8.967,5	9.538,5	9.567,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	449,9	469,4	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9	331,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-2.743,3</b>	<b>-9.949,5</b>	<b>8.024,9</b>	<b>-10.099,2</b>	<b>3.090,3</b>	<b>-4.242,8</b>	<b>6.309,9</b>	<b>-7.400,6</b>	<b>-4.429,6</b>	<b>-6.039,3</b>	<b>5.196,3</b>	<b>-6.523,2</b>	<b>4.361,4</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>41.246,8</b>	<b>44.885,5</b>	<b>43.226,0</b>	<b>55.420,0</b>	<b>29.251,3</b>	<b>43.442,9</b>	<b>51.770,7</b>	<b>36.079,5</b>	<b>46.413,0</b>	<b>19.602,6</b>	<b>12.357,6</b>	<b>34.026,6</b>	<b>66.595,0</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5	1.140,4
<b>V. DESPESAS</b>	<b>38.095,4</b>	<b>25.762,7</b>	<b>16.397,4</b>	<b>45.374,3</b>	<b>6.946,1</b>	<b>29.914,6</b>	<b>36.063,9</b>	<b>19.313,8</b>	<b>21.962,2</b>	<b>46.243,8</b>	<b>5.482,3</b>	<b>23.829,6</b>	<b>41.292,2</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5
V.1.2 - Dívida Contratual	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7	294,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>4.220,3</b>	<b>18.501,2</b>	<b>26.436,7</b>	<b>9.326,3</b>	<b>25.093,4</b>	<b>15.711,2</b>	<b>19.567,7</b>	<b>18.469,9</b>	<b>23.697,0</b>	<b>-25.095,8</b>	<b>7.784,2</b>	<b>10.031,1</b>	<b>25.407,2</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>	<b>-4.927,9</b>	<b>-18.948,7</b>	<b>12.177,6</b>	<b>-411,6</b>	<b>-2.721,9</b>	<b>4.902,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>-2.356,8</b>	<b>7.811,5</b>	<b>38.616,5</b>	<b>-13.194,2</b>	<b>35.292,8</b>	<b>4.357,6</b>	<b>3.068,0</b>	<b>21.542,7</b>	<b>19.609,6</b>	<b>-35.402,4</b>	<b>16.974,2</b>	<b>6.112,6</b>	<b>29.941,1</b>



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \*

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>22.485,1</b>	<b>12.238,2</b>	<b>18.263,0</b>	<b>15.259,2</b>	<b>10.497,4</b>	<b>13.672,1</b>	<b>7.051,3</b>	<b>16.777,6</b>	<b>10.788,4</b>	<b>29.278,1</b>	<b>5.502,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>15.476,9</b>
I.1. Emissão de Títulos	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3	154,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>25.250,0</b>	<b>13.600,0</b>	<b>14.500,0</b>	<b>28.400,0</b>	<b>600,0</b>	<b>18.600,0</b>	<b>26.000,0</b>	<b>4.600,0</b>	<b>11.200,0</b>	<b>32.000,0</b>	<b>600,0</b>	<b>0,0</b>	<b>15.200,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0
II.2. Encargos da DPMF	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>	<b>-4.927,9</b>	<b>-18.948,7</b>	<b>12.177,6</b>	<b>-411,6</b>	<b>-2.721,9</b>	<b>4.902,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2	67,5
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1	0,1
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	94,1	60,6	75,8	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6	5,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6	-60,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	52,0	110,2	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0	66,0
<b>IV. PRONAF</b>	213,2	185,4	362,7	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3	73,8
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	167,8	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9	36,9
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	45,4	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4	37,0
<b>V. PROEX</b>	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2	-71,8
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	26,2	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7	22,4
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5	-94,2
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8	82,4
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0	0,0
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	454,4
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9	208,7
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
<b>XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8
<b>XIII. TOTAL</b>	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3	770,7

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>428.604,9</b>	<b>453.319,8</b>	<b>467.602,3</b>	<b>443.793,0</b>	<b>478.539,5</b>	<b>498.634,8</b>	<b>506.662,6</b>	<b>533.675,2</b>	<b>552.300,2</b>	<b>519.683,2</b>	<b>536.507,7</b>	<b>542.773,6</b>	<b>534.115,0</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6	1.212.089,4	1.210.350,4
Dívida Bancária	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4	23.313,9	23.209,3	23.106,8	22.988,8	22.846,5
INSS	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0	-18.244,1	-18.291,6	-18.359,2	-18.614,4	-18.832,2
Lei 7.976/89	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4	-2.388,7	-2.304,5	-2.362,4	-2.237,8	-2.116,0
Bônus Renegociação	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6	-8.650,7	-8.342,2	-8.750,6	-8.223,8	-7.475,8
Lei 8.727/93	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8	-45.740,0	-45.591,8	-45.449,8	-45.330,4	-45.196,1
Lei 9.496/97	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1	-270.548,2	-271.119,4	-272.293,2	-276.486,2	-279.507,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1	-42.010,8	-42.092,3	-42.355,8	-43.149,3	-43.204,6
Recebíveis das Estatais	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5	-38.637,3	-37.307,0	-37.688,4	-37.949,9	-37.426,1
Outros	-41.355,6	-41.718,8	-41.859,5	-41.895,7	-41.323,5	-41.318,3	-41.527,3	-40.631,9	-40.549,0	-40.626,5	-40.656,7	-41.670,1	-41.983,5
Fat	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9	-135.610,9
Demais Entidades	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.042,4	-56.340,8	-56.733,3	-57.532,1	-58.275,3	-59.112,0	-60.243,7	-61.486,5	-62.257,8
Créditos das Operações Oficiais	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3	-12.658,8	-12.623,1	-12.838,5	-12.517,3	-12.104,3
Arrecadação a Recolher	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.231,0	-8.542,0	-12.186,0	-9.345,0	-8.714,0	-13.367,3
<b>II. DÍVIDA EXTERNA (*)</b>	<b>141.102,8</b>	<b>143.778,8</b>	<b>143.208,5</b>	<b>140.250,3</b>	<b>140.055,2</b>	<b>135.344,4</b>	<b>134.187,3</b>	<b>125.124,8</b>	<b>126.175,9</b>	<b>118.018,8</b>	<b>122.892,6</b>	<b>114.797,9</b>	<b>107.803,5</b>
Dívida Mobiliária	111.264,3	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7
Dívida Contratual	30.177,1	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1
Disponibilidades	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>569.707,7</b>	<b>597.098,6</b>	<b>610.810,8</b>	<b>584.043,3</b>	<b>618.594,8</b>	<b>633.979,2</b>	<b>640.849,8</b>	<b>658.800,1</b>	<b>678.476,0</b>	<b>637.702,0</b>	<b>659.400,3</b>	<b>657.571,5</b>	<b>641.918,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>24,9%</b>	<b>25,9%</b>	<b>26,3%</b>	<b>24,9%</b>	<b>26,2%</b>	<b>26,6%</b>	<b>26,7%</b>	<b>27,2%</b>	<b>27,8%</b>	<b>26,0%</b>	<b>26,7%</b>	<b>26,4%</b>	<b>25,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>108.361,9</b>	<b>109.784,4</b>	<b>109.032,8</b>	<b>107.531,2</b>	<b>107.652,2</b>	<b>104.049,4</b>	<b>103.573,9</b>	<b>95.942,2</b>	<b>96.651,8</b>	<b>90.163,1</b>	<b>93.711,0</b>	<b>87.340,8</b>	<b>81.989,1</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>464,6</b>	<b>469,7</b>	<b>463,5</b>	<b>460,6</b>	<b>459,2</b>	<b>412,7</b>	<b>409,4</b>	<b>388,3</b>	<b>387,7</b>	<b>378,0</b>	<b>395,0</b>	<b>342,8</b>	<b>325,1</b>
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>107.897,3</b>	<b>109.314,6</b>	<b>108.569,3</b>	<b>107.070,6</b>	<b>107.193,0</b>	<b>103.636,7</b>	<b>103.164,5</b>	<b>95.553,9</b>	<b>96.264,0</b>	<b>89.785,2</b>	<b>93.316,0</b>	<b>86.998,0</b>	<b>81.664,0</b>
A-Bond	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	9.550,1	8.879,4	8.807,9	8.260,7	8.249,1	7.843,8	8.196,4	7.353,0	6.973,5
Euro 2006	1.734,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.697,5	1.658,5	1.681,2	1.571,7	1.578,8	1.555,9	1.619,9	1.588,7	-
Euro 2009	884,7	814,3	799,0	725,2	735,4	718,5	728,3	680,9	684,0	674,0	701,8	688,2	661,3
Euro 2010	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.187,4	1.160,1	1.176,0	1.099,4	1.104,3	1.088,3	1.133,1	1.111,3	1.067,7
Euro 2011	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7	2.520,8
Euro 2012	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7	2.520,8
Euro 2015	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.242,8	2.191,1	2.221,2	2.076,6	2.085,8	2.055,6	2.140,1	2.098,9	2.016,6
Eurolibra 2007	575,7	600,6	591,1	586,8	585,6	568,0	572,8	537,8	544,6	-	-	-	-
Euroaira 2017	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.085,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4	1.009,9	995,2	1.036,2	1.016,2	976,4
Global 2007	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	2.031,4	1.966,3	1.950,5	1.849,8	1.847,2	-	-	-	-
Global 2008	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.334,1	3.227,4	3.201,5	3.002,0	2.997,8	2.922,2	3.053,6	2.862,0	2.714,3
Global 2009	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.701,0	2.598,2	2.577,3	2.433,0	2.429,6	2.368,3	2.474,8	2.319,5	2.199,8
Global 2010	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.946,4	2.811,1	2.788,5	2.542,9	2.539,3	2.458,4	2.568,9	2.380,1	2.257,3
Global 2011	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.603,4	1.521,3	1.509,1	1.371,6	1.369,6	1.335,1	1.395,1	1.247,8	1.183,4
Global 2012	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.348,5	2.191,3	2.173,7	1.925,3	1.922,6	1.777,7	1.773,7	1.665,1	1.579,2
Global 2013	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.640,2	2.555,7	2.535,1	2.261,4	2.258,2	2.173,0	2.270,7	1.920,5	1.821,3
Global 2014	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.485,9	2.406,4	2.387,0	1.983,3	1.980,5	1.854,7	1.938,1	1.708,0	1.619,8
Global 2015	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.448,2	4.305,8	4.271,2	3.906,0	3.900,6	3.459,3	3.614,8	3.364,1	3.190,4
Global 2017		3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	3.022,5	4.066,0	3.856,1	3.850,7	3.753,5	3.922,3	3.676,2	3.486,5
Global 2019	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	2.983,3	2.959,3	2.739,0	2.735,2	2.656,8	2.776,2	2.574,5	2.441,6
Global 2020	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.610,0	1.558,4	1.545,9	1.398,8	1.396,8	1.350,3	1.411,0	1.322,5	1.254,2
Global 2024	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.933,2	5.677,7	5.632,0	5.198,5	5.191,3	4.972,4	5.195,9	4.765,4	4.519,5
Global 2025	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.766,0	4.474,0	4.438,0	3.948,5	3.942,9	3.587,1	3.748,4	3.443,4	3.265,7
Global 2027	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.277,7	7.032,4	6.975,8	6.445,9	6.436,9	5.583,9	5.834,9	5.428,4	5.148,2
Global 2030	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.153,6	2.048,8	2.032,3	1.840,4	1.837,8	1.689,4	1.765,3	1.645,4	1.560,5
Global 2034	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.714,5	5.449,6	5.405,7	4.723,5	4.716,9	4.597,9	4.804,5	4.493,9	4.262,0
Global 2037	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.295,6	5.102,0	5.061,0	4.799,7	4.793,0	4.672,0	4.882,1	4.575,7	4.339,6
Global 2040	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.924,2	10.359,3	10.275,9	8.613,1	8.601,1	8.188,8	8.556,9	7.451,8	7.067,2
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028					1.500,0	2.250,0	2.250,0	3.037,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5
Marco Alemão 2007	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	913,6	945,2	927,5	909,2	922,0	900,7	913,1	853,7	857,5	845,0	879,8	862,8	829,0
Samurai 2007	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.111,1	1.080,1	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>29.785,3</b>	<b>30.770,3</b>	<b>30.163,3</b>	<b>29.797,1</b>	<b>29.937,0</b>	<b>28.506,5</b>	<b>27.961,0</b>	<b>26.290,2</b>	<b>26.106,2</b>	<b>25.619,8</b>	<b>26.788,6</b>	<b>25.058,1</b>	<b>23.694,2</b>
<b>III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>	<b>-263,1</b>	<b>-257,9</b>	<b>-294,4</b>	<b>-285,5</b>	<b>-308,3</b>
<b>IV. TOTAL (I+II+III) (*)</b>	<b>137.808,5</b>	<b>140.207,0</b>	<b>138.949,8</b>	<b>137.049,0</b>	<b>137.301,4</b>	<b>132.276,4</b>	<b>131.249,5</b>	<b>121.977,4</b>	<b>122.494,9</b>	<b>115.525,0</b>	<b>120.205,2</b>	<b>112.113,4</b>	<b>105.375,0</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,8%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,0%</b>	<b>5,0%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,9%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

**TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**  
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>111.264,3</b>	<b>112.969,2</b>	<b>112.912,6</b>	<b>110.310,2</b>	<b>110.001,5</b>	<b>106.756,7</b>	<b>106.188,2</b>	<b>98.810,9</b>	<b>100.076,6</b>	<b>92.386,2</b>	<b>96.070,6</b>	<b>89.728,9</b>	<b>84.156,7</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>468,2</b>	<b>475,8</b>	<b>471,8</b>	<b>471,3</b>	<b>472,0</b>	<b>413,9</b>	<b>412,6</b>	<b>393,3</b>	<b>394,7</b>	<b>386,7</b>	<b>406,1</b>	<b>343,7</b>	<b>327,7</b>
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>110.796,1</b>	<b>112.493,5</b>	<b>112.440,8</b>	<b>109.838,9</b>	<b>109.529,5</b>	<b>106.342,8</b>	<b>105.775,6</b>	<b>98.417,5</b>	<b>99.681,9</b>	<b>91.999,5</b>	<b>95.664,4</b>	<b>89.385,2</b>	<b>83.829,0</b>
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3	8.553,4	7.871,7	8.280,2	7.477,2	7.137,8
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7	1.689,6	1.677,4	1.759,3	1.738,0	-
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7	703,4	699,7	735,2	727,6	705,4
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7	1.154,0	1.147,2	1.204,8	1.191,8	1.154,8
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8	2.715,4	2.696,4	2.828,4	2.794,8	2.705,1
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0	2.777,7	2.755,7	2.887,9	2.628,0	2.542,8
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2	2.126,8	2.149,1	2.130,6	2.231,3	2.201,3	2.127,3
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7	594,6	-	-	-	-
Euroliira 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3	1.011,4	1.005,9	1.056,8	1.045,7	1.013,7
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1	1.936,7	-	-	-	-
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8	3.077,9	3.025,0	3.186,9	2.949,6	2.740,8
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9	2.478,5	2.489,2	2.453,7	2.592,5	2.443,5	2.215,2
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8	2.590,6	2.528,9	2.664,3	2.488,8	2.264,7
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0	1.424,4	1.399,6	1.404,4	1.266,5	1.211,0
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7	2.022,5	1.788,6	1.886,0	1.705,8	1.632,3
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9	2.267,2	2.200,3	2.318,6	1.977,3	1.890,8
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6	2.077,0	1.863,9	1.964,6	1.746,3	1.670,4
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8	3.997,8	3.568,2	3.752,3	3.381,7	3.228,1
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7	3.996,4	3.762,3	3.951,0	3.721,5	3.546,9
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8	2.787,1	2.726,9	2.870,0	2.680,5	2.451,8
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2	1.479,0	1.358,0	1.434,0	1.358,1	1.301,3
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5	5.288,5	5.102,3	5.370,1	4.960,4	4.537,3
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7	4.083,8	3.741,4	3.773,0	3.491,1	3.334,7
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0	6.520,2	5.703,3	6.008,9	5.636,0	5.388,6
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6	1.909,7	1.772,8	1.870,5	1.659,4	1.589,7
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4	4.891,0	4.609,5	4.849,7	4.567,1	4.360,7
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1	4.945,7	4.682,2	4.921,7	4.640,0	4.426,3
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9	8.953,4	8.599,3	8.593,5	7.552,0	7.227,1
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8
Global BRL 2028					1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0	3.935,2	3.810,1	3.842,5	3.874,8	3.907,2
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0	868,8	861,1	901,7	889,3	859,3
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>30.177,1</b>	<b>31.157,3</b>	<b>30.542,3</b>	<b>30.219,4</b>	<b>30.341,6</b>	<b>28.867,2</b>	<b>28.284,5</b>	<b>26.568,9</b>	<b>26.362,3</b>	<b>25.890,4</b>	<b>27.116,4</b>	<b>25.354,5</b>	<b>23.955,1</b>
<b>III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>	<b>-263,1</b>	<b>-257,9</b>	<b>-294,4</b>	<b>-285,5</b>	<b>-308,3</b>
<b>IV. TOTAL (I+II+III) (*)</b>	<b>141.102,8</b>	<b>143.778,8</b>	<b>143.208,5</b>	<b>140.250,3</b>	<b>140.055,2</b>	<b>135.344,4</b>	<b>134.187,3</b>	<b>125.124,8</b>	<b>126.175,9</b>	<b>118.018,8</b>	<b>122.892,6</b>	<b>114.797,9</b>	<b>107.803,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,2%</b>	<b>5,2%</b>	<b>4,8%</b>	<b>5,0%</b>	<b>4,6%</b>	<b>4,3%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>1.359.034,0</b>	<b>1.381.457,3</b>	<b>1.398.749,6</b>	<b>1.395.355,1</b>	<b>1.439.358,4</b>	<b>1.458.285,5</b>	<b>1.461.032,5</b>	<b>1.497.719,7</b>	<b>1.523.150,4</b>	<b>1.493.201,9</b>	<b>1.515.985,0</b>	<b>1.530.509,7</b>	<b>1.563.721,6</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>1.065.957,3</b>	<b>1.088.498,6</b>	<b>1.100.959,6</b>	<b>1.095.464,8</b>	<b>1.128.418,3</b>	<b>1.151.278,2</b>	<b>1.161.265,3</b>	<b>1.184.625,8</b>	<b>1.210.401,3</b>	<b>1.182.605,1</b>	<b>1.200.095,6</b>	<b>1.212.089,4</b>	<b>1.210.350,4</b>
Dívida Securitizada	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.533,6	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2
TDA	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4	4.472,3	4.505,6	4.467,7	4.495,2	4.554,6
LTN	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6	350.728,6	310.482,8	314.723,3	320.842,8	295.605,5
LFT	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0	402.306,2	408.035,6	413.923,0	405.098,1	420.284,3
LFT-A	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3	3.787,3	3.776,4	3.765,5	3.747,1	3.732,7
LFT-B	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1	927,2	868,9	822,9	781,8	740,8
NTN-A	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3	8.407,7	8.225,3	8.618,1	8.077,8	7.531,3
NTN-B	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4	215.358,3	221.904,4	224.630,5	236.308,3	241.456,2
NTN-C	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7	64.929,9	63.572,2	64.554,2	65.380,1	65.532,3
NTN-D	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2	1.203,1	1.107,2	1.171,3	1.113,6	1.072,7
NTN-F	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8	117.289,2	119.037,4	122.177,3	125.484,3	129.953,5
NTN-I	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7	1.454,3	1.428,7	1.482,7	1.427,3	1.379,9
NTN-P	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3	3.522,8	3.535,0	3.426,1	3.443,9	3.464,6
CFT-A	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1	8.417,2	8.403,5	8.439,6	8.479,5	7.897,0
CFT-D	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4	1.630,1	1.582,2	1.646,2	1.536,1	1.450,4
Demais	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2	4.433,5	4.451,1	4.506,7	4.592,8	4.659,2
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>293.076,7</b>	<b>292.958,6</b>	<b>297.790,0</b>	<b>299.890,3</b>	<b>310.940,1</b>	<b>307.007,3</b>	<b>299.767,2</b>	<b>313.094,0</b>	<b>312.749,2</b>	<b>310.596,8</b>	<b>315.889,4</b>	<b>318.420,2</b>	<b>353.371,2</b>
LTN	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8
LFT	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1
NTN-D	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4	9.293,7	5.837,0	5.967,4	5.656,2	5.431,2
Demais	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1	82.838,1	90.980,8	91.636,2	92.404,4	120.040,1
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>46,5%</b>	<b>47,2%</b>	<b>47,4%</b>	<b>46,8%</b>	<b>47,9%</b>	<b>48,4%</b>	<b>48,3%</b>	<b>48,8%</b>	<b>49,5%</b>	<b>48,2%</b>	<b>48,5%</b>	<b>48,7%</b>	<b>48,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2007
<b>I. INTERNA</b>	<b>-181.014,8</b>	<b>-183.329,4</b>	<b>-184.302,3</b>	<b>-187.877,5</b>	<b>-189.402,2</b>	<b>-190.488,6</b>	<b>-191.216,0</b>	<b>-192.775,5</b>	<b>-193.445,4</b>	<b>-195.646,7</b>	<b>-196.595,2</b>	<b>-197.411,4</b>	<b>-197.868,7</b>
Dívida contratual	213,4	215,7	212,9	211,6	210,9	203,0	193,4	183,4	183,1	178,5	179,9	173,6	158,0
FAT	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9	-135.610,9
Aplicações financeiras	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8	-4.915,4	-4.898,9	-4.965,9	-5.009,5	-5.072,4
Fundos Regionais	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.489,8	-35.838,5	-36.293,3	-36.769,5	-37.166,0	-37.623,4
Demais	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9	-17.704,5	-18.098,3	-18.688,2	-19.484,6	-19.720,0
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>	<b>-263,1</b>	<b>-257,9</b>	<b>-294,4</b>	<b>-285,5</b>	<b>-308,3</b>
Disponibilidades	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-181.353,5</b>	<b>-183.677,1</b>	<b>-184.548,7</b>	<b>-188.156,7</b>	<b>-189.689,9</b>	<b>-190.768,2</b>	<b>-191.501,5</b>	<b>-193.030,5</b>	<b>-193.708,5</b>	<b>-195.904,6</b>	<b>-196.889,6</b>	<b>-197.696,9</b>	<b>-198.177,0</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2006/2007 \*

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano <sup>1</sup>	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	969.424	600.319	482.104	475.988	122.365	598.353	971.900	733.707	591.998	419.631	417.844	54.874	472.718
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.923	2.298	2.014	2.013	42	2.055	2.386	2.386	2.047	1.908	1.908	8	1.916
Advocacia-Geral da União	82.373	74.166	62.600	54.682	16.168	70.850	120.605	118.571	98.767	73.162	72.893	6.332	79.225
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	788.617	553.607	437.314	408.371	78.169	486.540	937.072	725.138	561.001	483.754	469.637	76.987	546.623
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.304.095	1.465.931	1.245.255	1.078.658	279.557	1.358.216	2.724.456	2.306.445	1.855.524	1.520.439	1.258.667	375.803	1.634.470
Ministério da Fazenda	1.943.423	1.524.598	1.407.485	1.402.957	54.575	1.457.532	2.376.656	2.315.290	1.726.702	1.590.616	1.583.426	145.339	1.728.765
Ministério da Educação	6.893.814	5.373.704	4.132.144	3.917.444	823.655	4.741.100	8.092.439	7.978.458	6.022.367	4.618.355	4.568.206	1.050.277	5.618.483
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	461.652	358.348	331.587	331.416	19.454	350.870	531.120	504.384	441.236	364.849	363.334	21.457	384.791
Ministério da Justiça	872.153	578.177	516.260	513.626	133.343	646.970	1.204.754	1.138.963	878.451	719.419	716.436	72.520	788.956
Ministério de Minas e Energia	517.368	283.542	217.912	214.443	48.285	262.728	588.631	428.489	361.449	252.518	246.544	61.022	307.566
Ministério da Previdência Social	897.844	718.840	601.464	582.271	103.671	685.942	1.364.526	1.276.038	1.216.875	1.008.663	990.099	74.332	1.064.431
Ministério das Relações Exteriores	880.976	492.260	466.922	465.903	86.029	551.932	951.943	824.510	624.815	597.616	597.209	19.266	616.475
Ministério da Saúde	33.405.747	28.522.601	25.259.925	25.131.056	1.273.823	26.404.879	36.823.389	36.381.556	30.746.574	25.612.262	25.540.531	1.947.883	27.488.415
Ministério do Trabalho e Emprego	781.149	421.661	311.246	310.426	101.451	411.878	839.324	699.100	586.059	481.993	479.447	39.240	518.688
Ministério dos Transportes	854.073	410.181	303.196	297.166	63.369	360.535	837.837	650.745	431.444	271.216	265.105	120.385	385.490
Ministério das Comunicações	353.788	214.981	159.757	159.727	30.912	190.639	436.595	338.481	271.092	193.193	192.874	25.134	218.008
Ministério da Cultura	399.947	221.865	158.396	148.900	92.330	241.230	395.770	320.566	200.312	133.422	131.813	81.121	212.934
Ministério do Meio Ambiente	399.880	283.095	227.583	226.437	56.066	282.503	628.022	465.244	368.769	243.409	240.572	37.985	278.557
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	557.139	358.305	273.127	267.666	64.549	332.216	918.174	718.209	612.713	516.257	514.739	49.478	564.216
Ministério do Desenvolvimento Agrário	655.031	484.183	339.145	334.632	92.461	427.094	651.702	594.103	421.364	287.395	286.938	85.642	372.580
Ministério do Esporte	412.566	228.412	77.033	76.832	53.256	130.088	441.440	309.426	266.118	189.038	188.961	118.761	307.722
Ministério da Defesa	3.939.397	2.783.514	2.090.468	2.019.432	460.962	2.480.394	4.264.248	4.100.773	3.247.966	2.494.657	2.424.974	562.481	2.987.456
Ministério da Integração Nacional	298.683	171.094	111.520	110.122	59.987	170.109	290.344	201.616	129.034	87.600	86.496	48.921	135.416
Ministério do Turismo	357.953	235.633	191.975	191.863	40.270	232.132	397.364	284.631	261.732	153.885	151.443	36.267	187.709
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.226.807	8.054.592	7.564.568	7.548.151	85.740	7.633.892	10.633.752	10.378.276	10.203.967	8.620.482	8.578.622	118.151	8.696.773
Ministério das Cidades	402.652	272.755	212.497	201.784	51.253	253.037	450.513	338.816	251.607	212.275	184.247	65.484	249.731
Encargos Financeiros da União	340.786	279.352	241.294	198.117	29.809	227.926	394.700	379.739	303.421	245.553	242.031	36.615	278.646
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	47.650	42.424	42.347	42.347		42.347							-
Operações Oficiais de Crédito	56.672	53.663	33.789	30.872		30.872							-
<b>TOTAL</b>	<b>70.104.581</b>	<b>55.064.099</b>	<b>47.500.928</b>	<b>46.743.302</b>	<b>4.341.663</b>	<b>51.084.965</b>	<b>78.445.930</b>	<b>74.628.241</b>	<b>62.774.517</b>	<b>51.475.338</b>	<b>50.876.766</b>	<b>5.338.955</b>	<b>56.215.721</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

<sup>1</sup> Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2006/2007 \*

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano <sup>1</sup>	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	114.775	28.303	15.956	15.292	37.558	52.850	678.859	431.394	151.215	63.873	63.452	41.029	104.481
Gabinete da Vice-Presidência da República	1	0	0	0	-	0	214	213	59	59	59	-	59
Advocacia-Geral da União	2.927	1.638	482	422	4.003	4.424	10.195	10.195	3.825	1.660	1.624	1.444	3.068
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.449	145.872	30.303	12.578	134.040	146.618	534.861	231.096	111.160	22.898	20.316	204.161	224.477
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.009.145	350.862	207.173	108.326	136.159	244.485	1.038.247	1.026.360	430.102	187.360	168.356	363.115	531.471
Ministério da Fazenda <sup>3</sup>	392.281	120.573	24.911	24.717	108.725	133.442	145.660	50.476	27.369	19.378	19.320	179.368	198.688
Ministério da Educação	1.180.684	384.085	170.817	156.841	562.947	719.788	1.595.905	1.122.378	397.265	253.514	248.152	642.251	890.403
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	93.856	27.579	6.446	6.442	20.497	26.940	209.757	141.713	29.365	6.537	6.485	34.906	41.392
Ministério da Justiça	609.148	170.780	38.959	37.617	214.046	251.663	793.827	554.479	246.893	95.155	94.009	209.298	303.307
Ministério de Minas e Energia	47.983	16.545	5.559	5.412	3.346	8.758	48.918	34.052	12.875	5.141	5.065	8.007	13.072
Ministério da Previdência Social	292.164	23.995	2.101	1.031	49.663	50.694	45.800	37.492	22.104	6.687	5.727	72.993	78.719
Ministério das Relações Exteriores	39.506	9.203	8.100	8.100	2.902	11.002	42.159	31.541	10.801	9.969	9.969	6.134	16.103
Ministério da Saúde	3.297.792	1.313.589	237.081	214.653	955.812	1.170.465	3.796.193	1.755.146	486.529	191.585	190.047	1.158.230	1.348.278
Ministério do Trabalho e Emprego	24.908	4.875	3.551	3.467	7.889	11.356	64.486	41.334	24.113	19.067	19.065	6.145	25.210
Ministério dos Transportes	4.792.800	3.073.193	774.273	644.407	2.153.851	2.798.257	6.461.497	5.591.142	3.634.527	1.346.755	1.234.451	1.851.004	3.085.455
Ministério das Comunicações	109.961	8.782	5.358	1.866	21.191	23.057	84.365	71.708	8.059	5.090	5.090	10.498	15.588
Ministério da Cultura	134.085	76.725	12.730	10.204	26.436	36.640	243.969	116.754	54.279	19.392	19.271	59.000	78.271
Ministério do Meio Ambiente	94.119	18.259	4.308	3.769	26.139	29.909	70.274	40.467	6.235	1.521	1.502	30.831	32.333
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	64.335	35.397	14.636	14.447	7.257	21.704	52.338	43.329	23.606	734	703	16.992	17.695
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.673.434	1.121.036	797.425	794.037	124.461	918.497	1.712.083	1.529.344	1.092.999	778.264	777.923	217.555	995.478
Ministério do Esporte	471.678	275.183	6.589	6.585	98.106	104.691	461.968	202.227	175.968	28.128	28.128	163.787	191.915
Ministério da Defesa	1.964.064	935.743	381.611	370.680	437.108	807.788	2.447.989	1.791.842	1.115.183	569.679	550.825	434.857	985.682
Ministério da Integração Nacional	1.813.486	633.342	164.829	113.985	510.820	624.805	1.801.846	736.425	349.022	56.976	56.660	543.326	599.986
Ministério do Turismo	884.929	376.026	8.565	8.560	128.827	137.387	1.346.698	455.011	375.214	2.970	2.006	291.660	293.666
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	212.510	107.359	50.822	50.770	21.690	72.460	232.938	117.528	44.588	3.510	3.510	48.669	52.179
Ministério das Cidades	2.288.351	846.023	40.459	39.865	534.143	574.008	3.223.484	1.585.125	621.908	34.414	33.488	637.484	670.971
<b>TOTAL</b>	<b>22.051.372</b>	<b>10.104.968</b>	<b>3.013.041</b>	<b>2.654.071</b>	<b>6.327.617</b>	<b>8.981.688</b>	<b>27.144.529</b>	<b>17.748.771</b>	<b>9.455.263</b>	<b>3.730.316</b>	<b>3.565.203</b>	<b>7.232.745</b>	<b>10.797.948</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

<sup>1</sup> Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>3</sup> Inclui "Encargos Financeiros da União".

**TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2006/2007 \***

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	122.564.800	6.985.672	4.344.354	4.303.994	5.609.165	9.913.159	115.085.000	9.052.699	4.359.614	4.333.752	17.494.668	21.828.419
Senado Federal	102.823.560	20.809.384	8.521.510	8.521.510	9.177.631	17.699.141	127.145.615	17.365.350	7.946.406	7.943.216	16.032.122	23.975.338
Tribunal de Contas da União	39.082.458	5.551.808	4.248.582	4.199.087	1.360.705	5.559.792	53.646.711	5.267.127	3.364.762	3.363.174	3.607.995	6.971.169
Supremo Tribunal Federal	18.957.146	3.202.906	1.594.167	1.556.742	13.660.092	15.216.833	75.989.308	35.084.295	13.148.121	13.148.103	22.028.331	35.176.434
Superior Tribunal de Justiça	13.405.200	1.810.312	675.295	675.295	6.972.788	7.648.083	9.499.577	4.374.718	2.961.913	2.949.967	3.650.416	6.600.383
Justiça Federal	236.247.500	157.585.327	105.245.374	104.363.630	92.630.067	196.993.697	257.078.415	179.871.481	140.601.952	140.462.302	131.373.918	271.836.220
Justiça Militar	6.045.680	1.757.622	1.099.895	1.090.521	1.588.630	2.679.151	7.585.231	1.139.124	874.929	868.850	2.116.730	2.985.580
Justiça Eleitoral	153.762.802	75.122.890	58.973.667	58.354.179	70.401.925	128.756.104	181.157.894	110.500.363	48.642.458	48.237.313	52.546.041	100.783.354
Justiça do Trabalho	207.499.437	73.562.238	39.840.986	39.257.074	138.301.778	177.558.852	215.879.283	64.983.384	23.548.527	23.117.699	103.175.844	126.293.544
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	39.292.500	17.166.044	13.662.909	13.644.222	23.724.611	37.368.833	45.918.000	19.565.030	3.101.696	3.099.110	23.376.144	26.475.254
Presidência da República <sup>3</sup>	141.158.124	39.355.360	20.197.177	19.656.744	35.002.970	54.659.714	874.318.913	201.871.763	94.773.059	94.557.043	83.873.998	178.431.041
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	116.954.562	83.738.904	14.671.205	14.478.911	7.154.891	21.633.802	55.066.452	25.549.398	1.424.732	1.422.901	132.728.006	134.150.907
Minist. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	454.044.042	173.296.397	52.711.571	34.889.773	174.241.176	209.130.948	545.121.006	152.333.666	63.190.741	60.428.346	219.162.957	279.591.303
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.076.022.523	363.801.893	218.750.275	123.787.139	91.564.674	215.351.813	1.037.077.910	414.324.428	178.952.908	159.978.714	321.569.103	481.547.817
Ministério da Fazenda <sup>4</sup>	507.316.345	141.036.133	39.352.922	39.158.906	128.774.700	167.933.607	222.340.851	40.024.716	26.440.609	26.382.361	195.474.870	221.857.231
Ministério da Educação	1.244.086.526	397.471.180	176.129.018	160.914.094	596.829.647	757.743.742	2.050.277.650	425.718.635	259.228.384	253.765.394	739.138.133	992.903.527
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	104.340.406	27.578.345	6.445.844	6.441.925	20.497.834	26.939.759	218.756.667	35.364.561	6.536.906	6.485.011	34.706.704	41.191.715
Ministério da Justiça	968.819.015	330.921.129	111.287.684	109.731.961	214.638.088	324.370.049	987.825.145	409.145.591	239.712.617	238.254.918	345.763.016	584.017.935
Ministério de Minas e Energia	47.982.675	19.424.604	5.850.333	5.692.838	5.233.370	10.926.209	49.285.057	14.989.410	6.868.877	6.789.325	14.449.887	21.239.212
Ministério da Previdência Social	308.164.288	32.273.963	5.479.581	4.359.334	49.662.672	54.022.006	45.800.000	22.083.018	6.686.606	5.726.595	80.811.104	86.537.699
Ministério Público da União	155.442.964	49.065.971	25.403.872	25.356.211	58.402.089	83.758.300	308.839.384	120.994.391	54.141.328	54.104.902	78.465.795	132.570.697
Ministério das Relações Exteriores	39.506.376	9.032.460	8.069.107	8.069.107	2.901.893	10.971.000	42.159.236	10.801.166	9.969.480	9.969.040	6.084.834	16.053.874
Ministério da Saúde	3.297.791.835	1.297.763.604	233.347.627	211.010.729	922.419.939	1.133.430.669	4.645.531.579	553.816.628	198.087.161	195.849.744	1.112.412.235	1.308.261.979
Ministério do Trabalho e Emprego	38.908.358	10.680.405	8.102.937	7.794.007	7.489.408	15.283.415	64.096.513	23.723.557	18.759.400	18.757.676	8.870.885	27.628.561
Ministério dos Transportes	6.169.104.499	3.937.611.325	1.138.475.616	988.220.312	2.191.573.000	3.179.793.312	9.765.885.764	5.528.062.267	1.943.140.028	1.721.258.337	2.119.593.307	3.840.851.644
Ministério das Comunicações	109.960.594	8.782.214	5.357.957	1.865.957	21.191.168	23.057.125	174.365.323	8.059.080	5.089.561	5.089.561	10.186.747	15.276.307
Ministério da Cultura	134.085.311	76.576.704	12.671.460	10.145.516	25.791.771	35.937.287	243.969.226	54.258.393	19.383.100	19.262.900	58.701.821	77.964.721
Ministério do Meio Ambiente	137.678.221	40.416.409	14.976.995	14.438.528	29.924.017	44.362.544	95.267.369	6.400.998	1.497.476	1.479.273	31.379.253	32.858.527
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.340.120.096	1.351.070.635	826.025.665	822.648.287	133.290.899	955.939.186	1.768.466.401	1.058.953.583	745.321.616	745.157.801	220.208.156	965.365.956
Ministério do Esporte	532.903.496	336.779.776	51.573.592	51.573.275	96.235.240	147.808.514	604.468.494	314.267.017	148.577.520	148.577.520	177.213.015	325.790.534
Ministério da Defesa	2.360.343.514	1.333.578.371	666.328.794	649.313.251	607.586.339	1.256.899.590	3.178.601.460	1.731.012.975	1.086.174.129	1.061.875.626	657.566.647	1.719.442.273
Ministério da Integração Nacional	1.894.373.384	688.378.496	169.655.998	118.710.978	586.076.425	704.787.404	3.815.794.817	1.007.049.580	177.972.763	177.536.464	645.384.231	822.920.695
Ministério do Turismo	1.309.929.071	801.014.156	318.553.437	318.548.487	128.787.090	447.335.577	1.346.698.000	375.213.728	2.969.707	2.006.319	387.529.702	389.536.021
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	213.410.284	107.844.244	51.358.405	51.358.405	19.874.200	71.232.605	233.536.470	44.588.178	3.509.994	3.509.994	48.791.539	52.301.533
Ministério das Cidades	3.290.335.086	1.827.643.025	68.818.131	66.728.653	552.373.622	619.102.274	5.975.067.624	2.058.109.308	47.053.036	45.964.170	828.068.628	874.032.798
<b>TOTAL</b>	<b>27.932.462.679</b>	<b>13.848.689.907</b>	<b>4.487.801.941</b>	<b>4.100.859.583</b>	<b>7.070.944.513</b>	<b>11.171.804.096</b>	<b>39.437.602.345</b>	<b>15.083.919.607</b>	<b>5.594.012.115</b>	<b>5.311.713.420</b>	<b>8.933.536.782</b>	<b>14.245.250.203</b>

\* Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

<sup>4</sup> Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



# F P E / F P M / I P I Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XII - nº 10 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

OUTUBRO / 2007

### Comentários

Em Outubro de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 5,4 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.797.853 (mil), em Outubro de 2007, contra R\$ 5.070.481 (mil), no mês anterior (1), já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Setembro (1)	Outubro	Janeiro a Outubro (1)	Out / 2007	Out / 2007	Jan a Out/ 2007 (1)
							Set / 2007 (1)	Out / 2006	Jan a Out/ 2006
FPM	2.220.616,0	2.012.324,0	24.010.340,5	2.592.859,6	2.453.447,9	26.838.418,6	-5,4%	21,9%	11,8%
FPE	2.121.122,0	1.922.162,5	22.934.563,1	2.477.621,4	2.344.405,5	25.643.609,7	-5,4%	22,0%	11,8%
IPI-Exp	238.043,3	201.013,8	1.864.318,9	265.135,8	258.329,0	2.134.500,6	-2,6%	28,5%	14,5%

Deduzidos 16,66% do FUNDEB. (1) Incluída a distribuição dos valores referentes ao PAEX 2006 e PAEX 2007 (até agosto) efetuada nos dias 26 e 27 de setembro/2007, já descontado também o FUNDEF – 15% (sobre o valor referente ao PAEX 2006).

### Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	Nov/Out	Dez/Nov	Jan/Dez
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 15,0 %	+ 13,0 %	- 1,5 %
IPI-EXP	- 3,0 %	- 2,0 %	- 8,0 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2007 a 20/10/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
Set/3º DEC	648.780	6.506.925	7.155.705	Out/1º DEC	1.282.166	1.341.802	54.069	<b>2.678.037</b>
Out/1º DEC	783.384	2.311.198	3.094.582	Out/2º DEC	554.490	580.281	65.287	<b>1.200.058</b>
Out/2º DEC	1.667.535	1.166.185	2.833.720	Out/3º DEC	507.749	531.365	138.972	<b>1.178.086</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.099.699</b>	<b>9.984.308</b>	<b>13.084.007</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.344.406</b>	<b>2.453.448</b>	<b>258.329</b>	<b>5.056.183</b>

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). Nas Transferências foram deduzidos 16,66% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI - EXP (1)
ACRE	AC	12.950	80.202	42
ALAGOAS	AL	58.428	97.530	763
AMAZONAS	AM	33.770	65.418	6.890
AMAPÁ	AP	8.387	79.991	244
BAHIA	BA	221.571	220.285	20.208
CEARÁ	CE	128.259	172.007	2.388
DISTRITO FEDERAL	DF	4.977	16.181	161
ESPÍRITO SANTO	ES	42.650	35.166	11.711
GOIÁS	GO	88.554	66.654	2.638
MARANHÃO	MA	102.421	169.224	2.701
MINAS GERAIS	MG	322.156	104.432	29.636
MATO GROSSO DO SUL	MS	36.209	31.227	1.755
MATO GROSSO	MT	45.201	54.107	2.400
PARÁ	PA	88.723	143.290	10.488
PARAÍBA	PB	79.310	112.271	678
PERNAMBUCO	PE	118.575	161.769	1.896
PIAUI	PI	65.068	101.311	74
PARANÁ	PR	166.874	67.594	26.174
RIO DE JANEIRO	RJ	71.741	35.815	33.723
RIO GRANDE DO NORTE	RN	60.891	97.947	911
RONDÔNIA	RO	22.377	66.009	397
RORAIMA	RR	15.044	58.158	18
RIO GRANDE DO SUL	RS	163.453	55.206	31.612
SANTA CATARINA	SC	95.014	30.004	18.955
SERGIPE	SE	34.778	97.417	136
SÃO PAULO	SP	328.359	23.444	51.666
TOCANTINS	TO	37.704	101.747	64
<b>TOTAL</b>		<b>2.453.448</b>	<b>2.344.406</b>	<b>258.329</b>

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB.

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa  
 Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026  
 E-mail: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)



## Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano I - nº 10 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

OUTUBRO / 2007

Em Outubro de 2007, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 4.403.302 (mil), contra R\$ 3.895.911 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 13,2 % em valores nominais. Contribuiu para esse comportamento o acréscimo da ordem de 21,3 % do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

Origem	R\$ Mil				
	Setembro	Participação	Outubro	Participação	Variação
FPM	503.311	13,5 %	490.404	11,1%	-5,3%
FPE	480.941	12,9 %	468.656	10,6%	-5,3%
IPI-EXP	42.746	1,1 %	51.641	1,2%	-2,5%
LC 87/96	27.072	0,7 %	27.072	0,6%	0,0%
ITR	242	0,0 %	6.920	0,2%	9250,7%
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	200.000	5,4 %	200.000	4,5%	0,0%
IPVA	37.132	1,0 %	52.656	1,2%	21,4%
ITCMD	5.569	0,1 %	7.060	0,2%	34,9%
ICMS	2.427.055	65,2 %	3.098.843	70,4%	21,3%
<b>TOTAL</b>	<b>3.724.068</b>	<b>100,0 %</b>	<b>4.403.252</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,0%</b>

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: [fundeb@mec.gov.br](mailto:fundeb@mec.gov.br);
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica -

DEFINEB/SEB/MEC

Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510  
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

## Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	11.764.138,26	6.898.274,78	18.662.413,04	3.739.398,62	2.192.714,84	5.932.113,46
AL	11.409.462,21	29.804.970,92	41.214.433,13	4.432.331,83	11.578.593,23	16.010.925,06
AM	9.613.613,58	11.879.523,90	21.493.137,48	34.712.446,71	42.894.103,61	77.606.550,32
AP	13.266.302,09	4.570.736,06	17.837.038,15	3.585.672,70	1.235.397,96	4.821.070,66
BA	36.265.813,07	96.576.955,18	132.842.768,25	38.436.106,10	102.356.513,49	140.792.619,59
CE	17.959.462,63	71.097.306,21	89.056.768,84	16.034.817,57	63.478.086,48	79.512.904,05
DF	4.499.710,11	0,00	4.499.710,11	0,00	0,00	0,00
ES	6.700.337,65	12.421.256,66	19.121.594,31	27.390.595,57	50.777.385,48	78.167.981,05
GO	16.487.008,19	15.975.091,39	32.462.099,58	37.603.957,67	36.436.367,88	74.040.325,55
MA	24.967.716,97	87.956.443,09	112.924.160,06	10.921.995,73	38.476.080,95	49.398.076,68
MG	53.862.452,15	41.697.067,46	95.559.519,61	183.840.014,91	142.317.867,11	326.157.882,02
MS	6.906.465,71	7.876.082,42	14.782.548,13	24.651.643,51	28.112.552,95	52.764.196,46
MT	11.267.268,43	10.136.358,00	21.403.626,43	29.149.287,07	26.223.536,23	55.372.823,30
PA	27.476.874,60	71.493.502,57	98.970.377,17	16.317.353,02	42.456.963,91	58.774.316,93
PB	16.197.751,11	25.031.267,36	41.229.018,47	10.092.377,68	15.596.301,64	25.688.679,32
PE	22.592.747,67	37.936.805,82	60.529.553,49	29.722.648,46	49.909.040,50	79.631.688,96
PI	12.590.020,39	30.808.708,62	43.398.729,01	4.596.725,28	11.248.526,05	15.845.251,33
PR	30.275.135,18	25.406.121,90	55.681.257,08	91.496.427,01	76.781.474,21	168.277.901,22
RJ	10.240.397,62	19.663.147,77	29.903.545,39	92.337.628,76	177.302.529,05	269.640.157,81
RN	12.944.123,25	19.106.993,82	32.051.117,07	13.490.485,43	19.913.486,51	33.403.971,94
RO	9.560.094,69	8.289.860,21	17.849.954,90	11.655.594,65	10.106.934,30	21.762.528,95
RR	11.351.069,17	3.301.454,06	14.652.523,23	2.655.756,88	772.425,91	3.428.182,79
RS	28.649.343,12	24.791.556,90	53.440.900,02	140.634.482,70	121.697.298,40	262.331.781,10
SC	15.916.820,11	14.004.948,03	29.921.768,14	55.386.157,95	48.733.366,83	104.119.524,78
SE	10.261.300,13	16.281.620,77	26.542.920,90	8.080.916,07	12.822.002,32	20.902.918,39
SP	53.100.596,87	37.612.307,03	90.712.903,90	656.939.523,16	465.324.534,97	1.122.264.058,13
TO	15.764.854,17	12.233.597,02	27.998.451,19	6.706.578,42	5.204.334,50	11.910.912,92
<b>TOTAL</b>	<b>501.890.879,13</b>	<b>742.851.957,95</b>	<b>1.244.742.837,08</b>	<b>1.554.610.923,46</b>	<b>1.603.948.419,31</b>	<b>3.158.559.342,77</b>

## Complementação da União

Conforme divulgado no Site do Ministério da Educação e Cultura - MEC: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

R\$ mil

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634
Bahia	0	0	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198
Ceará	0	0	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079
Maranhão	0	0	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544
Paraíba	0	0	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697
Pará	0	0	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191
Pernambuco	0	0	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664
Piauí	0	0	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994
<b>TOTAL</b>			<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

E-mail: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)